

Comunicação e Mídias Tecnologias na Atualidade

Resiane Silveira (Org.)

v. 1
2023



Comunicação e Mídias Tecnologias na Atualidade

Resiane Silveira (Org.)

v. 1
2023



© 2023 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Resiane Paula da
Comunicação e Mídias: Tecnologias na Atualidade - Volume 1 /
Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG): Editora
Ópera, 2023. 96 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-85284-08-0
DOI: 10.5281/zenodo.8173388

1. Comunicação. 2. Mídias. 3. Tecnologias. I. Silveira, Resiane
Paula da. II. Título.

CDD: 302.23
CDU: 383/38

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraopera.com.br
editoraopera@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraopera.com.br/2023/07/comunicacao-e-midias-tecnologias-na.html>



AUTORES

**CARLA GEORGIA TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
DAIANA DE MEDEIROS BRANDÃO
DANIEL DANTAS LEMOS
DANIELLY AMATTE LOPES
GABRIELA TROYANO BORTOLOTO
GLAUCO ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA
JESSICA MATOS DO ESPIRITO SANTO
JULLENA SANTOS DE ALENCAR NORMANDO
SÍLVIO CÉSAR GUEDES JÚNIOR
YASMIN ALVES FARIAS MAIA DE MEDEIROS**

APRESENTAÇÃO

Em um mundo em constante transformação, a comunicação e as mídias têm desempenhado um papel fundamental na configuração das sociedades contemporâneas. Nesta obra, adentramos no fascinante universo da comunicação e exploramos as tecnologias que têm impulsionado a forma como nos conectamos, compartilhamos informações e construímos nossa realidade na era digital.

A rápida evolução tecnológica tem desencadeado uma verdadeira revolução nas formas de comunicação, abrindo novos horizontes e desafios para pesquisadores, profissionais e público em geral. É imperativo compreender as complexas dinâmicas que permeiam esse cenário para podermos tomar decisões informadas e contribuir para um uso consciente e ético dessas poderosas ferramentas.

A seleção de estudos e reflexões oferecem uma visão panorâmica e aprofundada sobre a interseção entre comunicação e tecnologia na atualidade. Desde as transformações nas mídias tradicionais até a emergência de novas plataformas digitais, passando pela inteligência artificial, realidade virtual, internet das coisas e muito mais, o leitor será conduzido por um universo rico em perspectivas.

Os capítulos apresentam uma abordagem multidisciplinar, incorporando contribuições das ciências da comunicação, da tecnologia da informação, da psicologia, da sociologia e outras disciplinas relevantes, em um mundo cada vez mais conectado e as tendências futuras que moldarão a comunicação global.

Este livro se destina a estudantes, acadêmicos, profissionais da área e a todos aqueles que desejam compreender o fenômeno das mídias e tecnologias e suas implicações na sociedade contemporânea. Acreditamos que a combinação de análises teóricas e estudos de caso proporcionará uma visão abrangente e informada, permitindo ao leitor uma compreensão crítica dos desafios e oportunidades que a comunicação e as mídias tecnológicas apresentam.

Por fim, agradecemos a todos os colaboradores que enriqueceram este livro com seu conhecimento e perspicácia, e esperamos que essa obra seja uma fonte valiosa de inspiração e aprendizado. Que ela contribua para uma abordagem ética e

responsável das tecnologias de comunicação, capacitando-nos a construir um futuro onde a tecnologia seja uma aliada na busca pelo conhecimento e pela coletividade.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO PORTAL UOL NA PANDEMIA: RACISMO E NECROPOLÍTICA NO JORNALISMO BRASILEIRO <i>Daniel Dantas Lemos; Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros; Daiana de Medeiros Brandão; Sílvio César Guedes Júnior</i>	9
Capítulo 2 DE HANNAH ARENDT À FRANKLIN FOER E A COMUNICAÇÃO <i>Glauco Antonio Rosa de Oliveira</i>	30
Capítulo 3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA UM PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO <i>Danielly Amatte Lopes; Jullena Santos de Alencar Normando</i>	45
Capítulo 4 RACISMO ALGORÍTMICO E AS MICROAGRESSÕES QUE PODEM SER GERADAS NOS USUÁRIOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS <i>Jessica Matos do Espirito Santo; Gabriela Troyano Bortoloto</i>	64
Capítulo 5 OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS DISCENTES SURDOS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO NA AMAZÔNIA <i>Carla Georgina Travassos Teixeira Pinto</i>	80
AUTORES	94



Capítulo 1
ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO
PORTAL UOL NA PANDEMIA: RACISMO
E NECROPOLÍTICA NO JORNALISMO
BRASILEIRO

Daniel Dantas Lemos
Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros
Daiana de Medeiros Brandão
Sílvio César Guedes Júnior

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO PORTAL UOL NA PANDEMIA: RACISMO E NECROPOLÍTICA NO JORNALISMO BRASILEIRO

Daniel Dantas Lemos

Graduado em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre e doutor em Estudos da Linguagem (UFRN). Docente do Departamento de Comunicação da UFRN. Email: daniel.lemos@ufrn.br.

Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros

Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: comments-noreply@docs.google.com.

Daiana de Medeiros Brandão

Graduada em Jornalismo pela Universidade Potiguar (2007). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Email: contatodaianabrandao@outlook.com.

Sílvio César Guedes Júnior

Graduado em Comunicação Social/Radialismo pela UFRN. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Email: akasilvio@live.com

RESUMO

O trabalho analisa as manifestações de abuso de poder discursivo racistas que aparecem em enunciados jornalísticos a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD). Foram escolhidos seis textos publicados, com temática racial, no Portal UOL entre maio e agosto de 2021, selecionados entre os cinco textos publicados às 22h nos sete primeiros dias dos meses de coleta. Para análise, além dos autores da ACD (como VAN DIJK, 2008, 2017; BATISTA JR, SATO & MELO, 2018), discutimos o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), e necropolítica (MBEMBE, 2018) em diálogo com a noção de biopoder em Foucault (2008). Mostramos o discurso da mídia sobre o racismo como causa de ações violentas, a relação entre racismo, a desigualdade social e a necropolítica.

Palavras-chave: análise crítica do discurso. discurso da mídia. jornalismo. racismo;.necropolítica.

ABSTRACT

The paper explores the manifestations of racist discursive abuse of power that appear in journalistic statements from the perspective of critical discourse analysis (CDA). Six texts published, with a racial issue, in the UOL Portal between May and August 2021 were chosen, selected among the five texts that were published at 10pm in the first seven days of the months of collection. For analysis, in addition to the authors of ACD (such as VAN DIJK, 2008, 2017; BATISTA JR, SATO & MELO, 2018), we discuss about structural racism (ALMEIDA, 2019), and necropolicy (MBEMBE, 2018) in dialogue with the concept of biopower in Foucault (2008). We show the media discourse on racism as a source of violent actions, the relationship between racism, social inequality and necropolitics

Keywords: critical discourse analysis. media discourse. Journalism. Racism. necropolitics.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar o discurso da mídia sob uma perspectiva crítica, observando as manifestações de abuso de poder discursivo racistas que emergem em enunciados jornalísticos, e traz os resultados desenvolvidos no Projeto de Pesquisa: "Análise crítica do discurso da mídia: fascismo, machismo, racismo e lgbtfobia nos textos dos meios de comunicação", contemplado com uma bolsa de iniciação científica no Edital N° 01/2021 - Iniciação Científica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O trabalho fundamenta-se especialmente na Análise Crítica do Discurso, conforme apresenta Van Dijk (2008, 2017) e autores como Batista Jr; Sato & Melo (2018). Possui como corpus um total de seis textos noticiosos publicados no Portal UOL, no período de maio a agosto de 2021.

Optamos pela Análise Crítica do Discurso (ACD) por privilegiar temas relacionados ao abuso de poder discursivo. Nessa perspectiva decidimos por analisar no presente estudo, apenas textos que tivessem marcas discursivas relacionadas a questões raciais, assim como à temática do racismo, o que se adequa ao objetivo de nosso projeto de pesquisa, que é analisar criticamente os elementos discursivos típicos do fascismo brasileiro contemporâneo.

Desse modo, selecionamos seis notícias que foram distribuídas em cinco temáticas. Para subsidiar esta análise, também discutimos a noção de racismo estrutural, principalmente com base em Almeida (2019), e necropolítica (MBEMBE, 2018) em diálogo com a noção de biopoder em Foucault (2008).

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: FUNDAMENTOS

O estudo crítico do discurso nos meios de comunicação de massa a partir da perspectiva das relações de abuso de poder é uma possibilidade de compreender, no mundo contemporâneo, a proliferação de discursos de ódio. Nesse sentido, a Análise do Discurso Crítica (ADC), observa os discursos que reforçam, assim como legitimam as relações de desigualdade e abuso de poder, com a preocupação de analisar de que forma o uso da linguagem se manifesta como ferramenta de opressão, contribuindo para naturalizar a desigualdade e fragilizar o equilíbrio da hegemonia.

A ADC se afirma como sendo textualmente orientada, o que significa que sua análise discursiva se faz com a base material de textos concretos. Afirma-se também como socialmente orientada, uma vez que observa temas relacionados a desigualdades, opressões, violências, abusos de poder com o propósito de promover alteração na situação assimétrica e mudança social. Portanto, a ADC se reconhece como comprometida e enviesada a partir de sua perspectiva crítica (BATISTA JR; SATO & MELO, 2018, p. 11).

Bessa & Sato (2018) apontam alguns dos conceitos-chave na constituição da Análise do Discurso Crítica. Baseada em Gramsci, aparece a noção de hegemonia como um equilíbrio social instável. Para se estabelecer de maneira hegemônica, “o poder exige um processo de ‘universalização’ de um interesse particular” (BESSA & SATO: 2018, p. 125).

Associada ao poder e à hegemonia, a ideologia é outro dos conceitos-chave. Assim, dizem Bessa & Sato (2018, p. 125), a “ideologia estabelece sentidos e representações que trazem vantagens para grupos específicos, contribuindo para que surjam ou se sustentem as relações de poder”. O discurso, que é relacionado à ideologia, circula através de práticas sociais em que as práticas discursivas e eventos discursivos estão inseridos, trazendo, segundo Bessa & Sato (2018, p. 130), “os elementos de dominação ideológica, que moldam a interação”.

Além desses elementos conceituais introdutórios, um dos fundamentos teórico-metodológicos para o método de uma análise do discurso crítica é a concepção tridimensional de discurso, desenvolvida por Fairclough e citada aqui a partir de Gonçalves-Segundo (2018). Nessa concepção, compreende-se, primeiro, que “todo discurso se manifesta em um texto” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 80), constituindo-se, assim, em um evento discursivo. Em segundo lugar, Gonçalves-Segundo (2018, p. 80) afirma que “todo discurso é processado por uma prática discursiva de produção, distribuição, consumo e interpretação textual”. Na terceira dimensão, o modelo compreende que “todo discurso se encaixa em uma prática social/sociocultural”.

Martins (2018, p. 159) explica a abordagem de textos midiáticos a partir da ADC, destacando que jornais e revistas, on-line ou impressos, fornecem a maior parte do material que fundamenta “pesquisas sobre temas os mais variados: da política partidária a grupos minoritários, do racismo a movimentos culturais. Textos para rádio, televisão e a própria internet também integram exclusiva ou parcialmente os corpora de muitas investigações”. Isso se dá porque na sociedade da modernidade tardia em que estamos inseridos, diz Martins (2018, p. 159), “a mídia tem relevância central na construção do consenso sociopolítico”.

A Análise do Discurso Crítica procura explicar fenômenos sociais, tentando desvelar “como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais” (BATISTA JR; SATO & MELO: 2018, p. 9). Isso explica porque o discurso é, para a ADC, uma prática social. Isso implica que, ao circularem, textos produzem efeitos e têm sua dinâmica alterada por estarem intimamente relacionados a criação de hegemonias e, como dizem Batista Jr; Sato & Melo (2018, p. 9), “as hegemonias são sensíveis e mudam o polo de poder à medida que novas articulações são construídas”.

Na perspectiva da ADC, o discurso é operado pelo poder para posicionar os sujeitos nos papéis que perpetuam o arranjo social (BATISTA JR; SATO & MELO: 2018, p. 11). Dessa forma, a ADC pretende descrever textos e interpretar práticas para que se expliquem tais processos operados pelo poder, pelo discurso e pela ideologia.

RACISMO ESTRUTURAL

Almeida (2019, p. 22) define o racismo como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam". Almeida (2019) descreve ainda diferentes concepções acerca do racismo, ou seja, ele pode ser visto de maneira individualista, institucional ou estrutural.

Não cabendo nos limites deste artigo a descrição do racismo individualista ou institucional, destacamos a noção do racismo estrutural. O racismo estrutural implica na compreensão de como as instituições materializam a estrutura social, ou seja, "as instituições são racistas porque a sociedade é racista" (ALMEIDA, 2019, p.33). Desse modo, o racismo não é uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas um fator decorrente da estrutura da sociedade, nas relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares.

O racismo é parte constituinte da sociedade, como ela se organiza, sendo, portanto, estrutural. Quando indivíduos ou instituições atuam de modo racista, não o fazem puramente por ato individual ou institucional (sancionar a ação individual ou institucional tem efeito só limitado no enfrentamento da questão), mas manifestam, em suas ações, as práticas discursivas nas quais estão inseridos, que indicam, por sua vez, a estrutura social da linguagem onde estão encaixadas. As análises e enfrentamentos da questão, portanto, não podem passar ao largo de uma análise da prática social que fundamenta ações racistas através de ordens discursivas - em atos individuais, mas não só na forma linguística.

NECROPOLÍTICA

A necropolítica, conforme descreve Mbembe (2018, p. 5), se define a partir de uma expressão de soberania que, em grande medida, reside "no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer", sendo desenvolvida em diálogo com a noção de biopoder apresentada em Foucault (2008, p. 3). Ao falar sobre isso, Foucault (2008, p. 3), descreve um "conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais

vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder".

Para Foucault (2008, p. 4), "o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder". É nesse contexto que o autor considera que todas as formas de relação são, na verdade, relações de poder, tendo em si mesmas os mecanismos que são, ao mesmo tempo, efeito e causa dessas relações de poder.

Nessa discussão sobre poder e política, Foucault (2008) apresenta os traços principais daquilo que nomeia seu curso ("segurança, território, população"), esclarecendo acerca de diferentes mecanismos de poder que se relacionam ao território (a soberania), aos corpos dos indivíduos (a disciplina) e ao conjunto da população (a segurança). Esse exercício se dá com base no mecanismo legal ou jurídico, que "consiste em criar uma lei e estabelecer uma punição para os que a infringirem" (FOUCAULT, 2008, p. 8). O mecanismo legal pode ser criado para punir especificamente um grupo de indivíduos ou segmento social, manifestando de seu modo o poder que atua sobre determinadas formas de relação. É daí que emerge o culpado, o sujeito que precisa sofrer uma punição exemplar para que sirva, didaticamente, de aprendizado para si mesmo e outros em sua situação. Com o tempo, o mecanismo legal considera a punição não exatamente relacionada ao delito cometido, mas ao nível de periculosidade do indivíduo, permitindo assim, de maneira mais explícita, que o culpado surja antes que seja cometido o delito. Esse mecanismo passa a ser instrumento de punição de indivíduos que a sociedade considera puníveis mesmo que não cometa delitos.

Tal ideia está presente na noção de necropolítica porque, por vezes, são os corpos "morríveis" que são selecionados como culpados, puníveis, antes mesmo que atue o mecanismo legal. É assim que corpos negros são alvo de armas de policiais independente de seus crimes - e que são julgados e executados apenas por existirem. Quando não violentamente mortos, discursivamente alvos de preconceito e racismo, por meio de prática social opressora e desumana, uma verdadeira política de extermínio.

O segundo mecanismo do qual fala Foucault (2008, p. 8) é o disciplinar, relacionado à vigilância e correção - um poder sobre corpos que não se enquadram nos modelos hegemônicos na sociedade. Diante do culpado e além do jurídico, diz Foucault (2008, p. 8), "aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais,

médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos". São os "morríveis" que são postos sob a vigilância disciplinar. Os negros que ingressam em espaço em que "não deveriam estar", as pessoas da comunidade LGBTQIAP+ no meio de uma moralidade heteronormativa - vigilância e disciplina para impedir o desvio dos culpados e pretender enquadrá-los no que o normativo hegemônico quer determinar.

Então Foucault (2008, p. 9) fala acerca do dispositivo de segurança que vai inserir os fenômenos numa dimensão global, apontando os desvios em séries prováveis de acontecimentos e calculando os custos gerais das reações, das ações, das penas. Os mecanismos jurídico-legais de disciplina e de segurança se relacionam entre si. Mais que isso, diz Foucault (2008, p. 11), o "conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança [...] é cada vez mais gigantesco". Além disso, diz o autor,

para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, [...] para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação, da sua estrutura mental, da sua patologia própria etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (FOUCAULT, 2008, p. 11).

É nesse contexto em que pode-se ser percebido o biopoder. Foi essa estrutura de relações de poder, por exemplo, na época da peste, que regulamentava como e em que horário as pessoas poderiam sair de casa, o que deveriam fazer, o que deveriam comer, quem poderiam ou não ver (FOUCAULT, 2008, p. 14). É o controle sanitário, legal, disciplinar e de segurança das populações e dos territórios. Uma ação de política sobre os corpos, as vidas e as decisões que, nesse sentido, estabelece uma presença do poder de forma irrecorrível junto aos indivíduos.

Essas ideias fazem parte das bases do que Mbembe (2018) entende como necropolítica. Mbembe (2018, p. 7) articula os conceitos de biopoder, soberania e estado de exceção ao elaborar seu conceito de necropolítica. A Soberania diz respeito aqui às suas formas que têm como projeto a "instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações" (MBEMBE, 2018, p. 10-11). Segundo o autor, essas formas de soberania constituem a norma do espaço político em que vivemos contemporaneamente, espaço que toma como categorias fundadoras a vida e a morte, por exemplo. Discutindo Hegel,

Mbembe (2018, p. 12-13) afirma que a "política é, portanto, a morte que vive uma vida humana", além do que "a morte estrutura a ideia de soberania, política e sujeito", de modo que a soberania demanda que haja força, ainda que nos limites do costume social, para a decisão de matar além da proibição de o fazer. A soberania, assim, expressa o direito de matar, cuja base normativa se encontra no estado de exceção e na relação de inimizade.

No âmbito da necropolítica, de acordo com Mbembe (2018, p. 17), o poder apela a uma exceção, ou emergência, ou a alguma noção ficcional de inimigo para estabelecer o direito de matar, como é possível ver em relatos como os da chacina do Jacarezinho, que analisamos neste trabalho. Em outras palavras, Mbembe (2018, p. 17) esclarece que a necropolítica é uma relação entre política e morte que funciona quando uma situação de emergência é estabelecida - ainda que ficcionalmente. Citando Foucault, Mbembe (2018, p. 17) entende que "o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer", de modo que ao operar uma divisão entre vivos e mortos, "tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve". Por isso, diz ainda o autor, esse "controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros", algo que, diz Mbembe (2018, p. 17), Foucault chama de racismo.

A partir dessas formas de relação de inimizade - antes de aprofundar em sua obra a temática decorrente dessa reflexão inicial, incluindo as tecnologias e as formas sofisticadas de se matar - matar "se torna assunto de alta precisão", diz Mbembe (2018, p. 47). O autor destaca a discussão sobre racismo e biopoder nas bases da necropolítica, o que se torna fundamental aos limites deste trabalho. Segundo Mbembe (2018, p. 18),

em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "esse velho direito soberano de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer".

É o próprio Foucault, destacado por Mbembe (2018, p. 19), que define com clareza que o direito soberano de matar e as formas como opera o biopoder estão na base da estrutura de funcionamento dos Estados modernos, modos necessários de

manifestação do poder estatal na modernidade, do que foi modelo o Estado nazista que juntou em si o direito soberano de matar aqueles que considerava "morríveis" e a proteção da vida daqueles que compunham sua existência - numa mortal dança entre "nós" e "eles", na qual "eles" morrem em quaisquer circunstâncias. Ainda que o nazismo seja modelo desse Estado, a junção entre o direito soberano de matar e a tecnologia responsável pela operação dessa espécie de morte (o racismo) atua estruturalmente nas sociedades e Estados, de modo a marcar para morte, para a não-existência e para o apagamento simbólico todos os corpos que são considerados "eles", os "matáveis" e os "morríveis".

O corpus de nossa análise ajuda a perceber, no discurso midiático de um jornal/portal de notícias brasileiro, o jogo no campo da linguagem que manifesta o biopoder, a necropolítica e o racismo - que mata fisicamente ou simbolicamente, às vezes na forma de uma chacina, às vezes na forma de um apagamento social.

METODOLOGIA

Para a pesquisa da qual este trabalho é um recorte, a escolha do corpus atendeu aos seguintes critérios: estabelecemos o período de maio a agosto de 2021 para a nossa pesquisa, que foi feita no conteúdo do UOL, considerado um dos portais de notícia mais importantes da Internet no país. Selecionamos notícias publicadas nos sete primeiros dias de cada um desses meses - foram selecionadas as cinco mais recentes publicadas às 22h.

Esse corpus ainda foi submetido a uma nova seleção fundamentada nos princípios da ACD, ou seja: escolhemos notícias que pudessem ser analisadas a partir das temáticas de abuso de poder, dominação e favorecimento dos dominantes, quais sejam esses temas: o racismo, o sexismo, a lgbtfobia e, no caso de nossa pesquisa, elementos do fascismo brasileiro contemporâneo. Desse modo, analisamos um total de seis textos que se referiam a cinco notícias diferentes.

Tabela 1- Notícias analisadas

Título da notícia	Data da publicação
1.México registra primeiro caso da variante indiana da COVID-19	2 de maio de 2021
2.Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi Carandiru a céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo	7 de maio de 2021

3.Geografia e evolução da Polícia Civil e das milícias explicam Jacarezinho	7 de maio de 2021
4.Chauvin e três ex-agentes enfrentam novas acusações pela morte de Floyd nos EUA	7 de maio de 2021
5.Ministro critica falta de desculpas do Papa por abusos contra indígenas no Canadá	2 de junho de 2021
6.Critérios de vacinação contra a Covid-19 provocam imunização desigual, aponta estudo	2 de junho de 2021

Variante Indiana (Notícia 1, 2 de maio de 2021)

O ponto de destaque desta notícia é o uso do termo "variante indiana" para designar uma variante do coronavírus oficialmente conhecida como B.1.617 no período em que foi identificada no estado mexicano de San Luis Potosí. Durante a pandemia da COVID-19, foi objeto de preocupação a identificação de variantes, especialmente aquelas mais fatais, com nações e pessoas, em particular através do uso de adjetivos relacionados à nacionalidade para nomeação dos vírus.

Quando a nova variante surgiu na Índia, o segundo país mais populoso do mundo, houve uma nova preocupação com a nomeação ligada à nacionalidade indiana. O texto em análise é anterior à decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) em passar a nomear as variantes do coronavírus com letras do alfabeto grego. Mesmo assim, destaca-se o fato de que não é a autoridade de saúde do estado mexicano de San Luís Potosí quem fala em variante indiana, e sim o jornal. É o discurso da mídia, em busca da simplificação como mecanismo da difusão da notícia que reforça uma ambiência de violência discursiva, preconceito xenofóbico e racismo.

Stuenkel (2020) defende que a sinofobia surgiu no país e vai permanecer. Tal sinofobia pode ser tomada como explicação ao fato de o jornal ter surgido a nomeação, no texto em análise e no discurso da mídia, da variante como "indiana", marcando e estigmatizando de maneira xenófoba e racista uma origem nacional e étnica.

Chacina do Jacarezinho (Notícias 2 e 3, 7 de maio de 2021)

No primeiro texto, "Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi Carandiru a céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo", publicado na coluna Painel de 07

de maio de 2021, três presidentes de centrais sindicais falam sobre a Chacina do Jacarezinho ocorrida no dia anterior.

O texto diz que aquela operação foi a mais letal da polícia do Rio de Janeiro, mas não se preocupa em explicar quem foram as pessoas mortas, quais as relações de poder desse tipo de ação policial e porquê as vítimas das chacinas são em sua maioria pessoas jovens de pele negra. Sendo assim, reforça que apesar do absurdo número, aqueles corpos eram, afinal, matáveis ou "morríveis".

A nota também destaca, na voz de uma das fontes, que o Brasil não pode se tornar o cemitério do mundo, relacionando o contexto da chacina ao da pandemia. Esse contexto de necropolítica, como ocorrido na chacina no Rio de Janeiro, torna pessoas pretas e periféricas, as principais vítimas.

Já o artigo de Guaracy Mingardi ("Geografia e evolução da Polícia Civil e das milícias explicam Jacarezinho") pode ser utilizado para construção de uma história da violência urbana no Rio de Janeiro a partir do crime organizado e da violência policial. Ainda que as fotos ilustradas mostrem os corpos negros que são morríveis em chacinas como essas, mais uma vez a abordagem silencia a questão racial, como também a necropolítica da violência do estado.

O texto busca explicar a chacina ocorrida em Jacarezinho pela perspectiva da evolução histórica das estratégias de atuação da polícia civil, ressaltando que os policiais atuam mais no confronto armado do que na investigação, mas constituindo uma análise incompleta, uma vez que não cita a institucionalização do racismo pela polícia.

Com o desejo de construir uma explicação sobre tal fato de comoção, o autor destaca que há "inevitáveis perguntas: Por que entrar atirando? Haveria necessidade de ação imediata? Os procurados não poderiam ser rastreados um por um e presos quando estivessem longe de suas bases?". Além disso, diz que para "responder essas perguntas é necessário ir além do óbvio e olhar a evolução da criminalidade organizada e da política criminal". No entanto, o autor não responde às perguntas, o que manifesta mais um processo de silenciamento das questões de fundo relacionadas a necropolítica e dos corpos negros morríveis.

O texto tenta explicar apenas o fato da operação policial ter como foco o Comando Vermelho: "O motivo mais óbvio é que o CV é constituído de jovens sanguinários, sem qualquer preocupação com a comunidade e que odeiam a polícia. E por sua vez são odiados pelos policiais". O que deveria ser uma análise ou

explicação, assemelha-se a uma justificativa. O título, mais uma vez, sugere que a chacina ocorreu por causas circunstanciais - a geografia e a evolução da polícia - e parece propor que o crime não teve autores. Os agentes ou, como o texto sugere, os “partícipes na ação”, são citados apenas de maneira secundária no subtítulo.

Caso George Floyd (Notícia 4, 7 de maio de 2021)

O caso do assassinato de George Floyd em maio de 2020 por ação de um grupo de quatro policiais brancos em Mineapolis, Minnessota, mobilizou uma série de protestos pelo mundo inteiro contra o racismo e a violência policial. Floyd, um homem negro de 46 anos, foi morto quando o policial Derek Chauvin pressionou seu pescoço por mais de nove minutos contra o asfalto.

O texto publicado pela Folha de S. Paulo, disponível no UOL, trata de denúncias, por parte do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos, recebidas por três policiais que participaram da ação. A morte de George Floyd se caracteriza com um evento violento de abuso de poder e opressão racial, compreendida como um fato do racismo. O enunciado analisado também reforça algumas dessas características. Já no título, utiliza o termo neutro "morte", como se fosse possível ao homem negro de Mineapólis ter decidido que morreria ou tivesse ação ativa em sua própria morte - e não fosse morto pela ação violenta e racista de policiais brancos. A morte de Floyd não é neutra - ele foi assassinado sem chance de defesa ou explicação.

O uso de várias formas eufemísticas de tratar do episódio serve ao propósito de esvaziá-lo de suas características de violência racial e abuso de poder. A presença não declarada no enunciado do jornal, do racismo como causa da morte, aponta o próprio racismo de quem enuncia o texto analisado.

A palavra racismo é apagada do texto, sendo citada apenas uma vez, no quarto parágrafo, fazendo referência aos protestos que se iniciaram após a morte de George Floyd em todo mundo. É nesse ponto, também, que aparece a única vez a palavra “negro”, usada para descrever a vítima, porém sem estabelecer qualquer relação direta entre a cor de sua pele e o crime cometido pelos policiais. O texto oculta a questão racial como motivação e o racismo como crime.

Esse apagamento opera o jogo discursivo do racismo como tecnologia do biopoder, que articula a necropolítica. Um homem negro foi morto por agentes do

Estado - a manifestação da soberania de matar os "morríveis". A necropolítica que mata, silencia - afinal não podemos reconhecer que não somos outra coisa, se não indivíduos de um Estado estruturalmente racista, o qual mata soberanamente os não-brancos.

O texto destaca, ainda, que Chauvin fora acusado de violar direitos de um adolescente de 14 anos em 2017. No entanto, omite outras informações sobre o crime, como, por exemplo, o fato de que o jovem era negro e que foi imobilizado durante 17 minutos, de modo mais violento do que George Floyd. Assim, os casos se referem à relação do poder entre o policial e as vítimas. Observa-se um ponto em comum: as duas vítimas de Chauvin eram homens negros. O que, mais uma vez, reforça a ideia de que os casos são exemplos de violência racial.

A omissão dessas informações, especialmente, sobre as características étnico-raciais do adolescente reforça o aspecto racista do próprio texto da Folha de S. Paulo - que silencia o racismo como forma promotora da violência policial e omite as marcas desse racismo nos relatos que publica.

Quando o discurso midiático silencia sobre o racismo demonstra uma relação com os grupos privilegiados da sociedade que, no exercício do poder, não têm interesse na discussão pública do racismo. São grupos que possuem privilégios e não discutem o racismo como um tema de relevância social, inclusive no âmbito do discurso jornalístico.

Genocídio Indígena no Canadá (Notícia 5, 2 de junho de 2021)

A notícia fala sobre o genocídio indígena ocorrido nas "residências escolares" dirigidas pela Igreja Católica entre os anos de 1890 até 1969, no Canadá, quando cerca de 150 mil crianças indígenas foram levadas à força para essas escolas, tendo sido separadas de suas famílias, de sua língua e de sua cultura, sofrendo maus-tratos e violência sexual por autoridades e professores.

O catolicismo, além do apagamento étnico e cultural dos povos ameríndios, também pode ter ocasionado a morte de diversas crianças. Segundo reportagem da BBC acerca do mesmo tema, no intervalo de poucos anos foram encontradas 1.148 sepulturas em diferentes partes do Canadá. Essas sepulturas de crianças e adolescentes indígenas "ficavam no próprio local ou perto de internatos governamentais para crianças indígenas dirigidos pela igreja católica". Na

reportagem, a parlamentar indígena Mumilaaq Qaqqaq afirma que tal massacre é "algo que nós, indígenas, sempre soubemos. Mas agora podemos confirmá-lo à sociedade". Ela diz ainda que o "importante, além disso, é enfatizar que se trata de indivíduos, pessoas com uma formação indígena comum, os primeiros povos deste país. E que todos esses são, em última análise, corpos de pele morena". A parlamentar afirma se tratar não apenas de genocídio cultural, como admite o governo, mas integralmente genocídio.

É a partir dessa fala informada pela própria comunidade indígena, vítima do genocídio, que podemos afirmar que a religião católica operou um genocídio ocultado por quase um século. É, provavelmente, por essa barbárie que a notícia em análise traz já no seu título, a informação de que o ministro de Serviços Indígenas do Canadá criticou o pedido de desculpas do Papa Francisco.

Ao se referir às crianças indígenas internadas à força como "mestiças", o enunciador reitera a mesma postura de embranquecimento, aculturação e ataque à cultura indígena, tipicamente racista, que tinha lugar nas residências escolares denunciadas pelo texto. Mais uma vez um texto que, supostamente, serviria para denunciar o racismo, manifesta marcas racistas.

A comunidade indígena não recebe o protagonismo no texto, pois, ao longo de toda a reportagem, não são incluídas falas de nenhum de seus representantes. Há somente a fala da Ministra das relações indígenas Carolyn Bennett, que não faz parte da comunidade. Em seu pronunciamento, a Ministra marca seu não-pertencimento à comunidade indígena utilizando "eles" ("Eles querem ouvir o Papa se desculpar"), que não são o "nós" do qual ela faz parte. Essa marca discursiva aponta também para a posição de protagonismo branco (o "branco salvador") no ambiente político canadense, que tem uma mulher branca à frente da pasta responsável pelas questões indígenas no país.

Por fim, vale citar também que o autor do texto preocupou-se em não utilizar o termo "índio" para não se referir às comunidades, mas utilizou os termos "ameríndio" e "aborígenes", termos inusuais. Além disso, no decorrer do texto, o enunciador utiliza os termos "escola" e "residências escolares" para se referir às instituições nas quais ocorreram os abusos contra as crianças indígenas. Algo que o próprio ministro critica, e o enunciado cita no penúltimo parágrafo, ao afirmar que "esses eram campos de trabalho forçado" e "chamá-los de escolas é provavelmente um eufemismo".

Além disso, ao citar a fala do ministro no primeiro parágrafo, a reportagem oculta o termo “forçado”, afirmando que o ministro teria classificado as instituições enquanto “campos de trabalho”, reduzindo a força da ideia de escravidão relacionada.

Vacinação COVID-19 (Notícia 6, 2 de junho de 2021)

Na superfície, o texto em análise sugere ser um instrumento de denúncia de práticas do racismo e da necropolítica. No entanto, a enunciação do discurso jornalístico neste caso não cita o racismo no título - ou na maior parte do texto - , somente nos parágrafos quatro e cinco, no discurso direto citado de uma entrevistada. Assim, o que surge como apagamento no enunciado do jornalista, aparece somente na fala da coordenadora do estudo, Gisele Brito. O enunciado jornalístico aponta que os critérios da vacinação contra a COVID-19 provocam desigualdade social e territorial, mas é Gisele Brito quem nomeia o fato como racismo estrutural e afirma que a imunização desigual surge como resultado do racismo que está na base dos critérios de vacinação contra a COVID-19 - "critérios que parecem neutros mas não são".

A coordenadora do estudo, nos dois parágrafos em que é citada, denuncia o racismo estrutural e as manifestações relacionadas à dimensão do biopoder e da necropolítica - uma norma política com categorias fundadoras sobre a vida e a morte. Como diz Mbembe (2018), a necropolítica é uma forma de biopoder que funciona dividindo as pessoas que devem morrer e as que devem viver, promovendo uma divisão racista do mundo. É o que denuncia Gisele Brito, ainda que o enunciador do jornal silencie a respeito: “O critério de saída beneficia a população branca e moradora das regiões mais nobres, além de ser socialmente e territorialmente demarcada, a expectativa de vida é racialmente demarcada no Brasil”.

Os critérios para a vacinação contra a COVID-19, recortes disciplinares que na aparência são neutros, reproduzem o racismo estrutural e a distinção dos "morríveis": esses excluídos da vacina, negros periféricos, jovens e trabalhadores com menor renda, têm a identidade étnico-racial silenciada pelo jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, dedicamo-nos a uma análise crítica do discurso da mídia em torno do tema do racismo, destacando notícias publicadas entre os meses de maio a agosto de 2021 no Portal UOL.

O silenciamento e o apagamento das questões raciais e do racismo no discurso da mídia são, também, formas de manifestação do próprio racismo implícito nas narrativas midiáticas. Manifestações do biopoder e da necropolítica que aparecem, conforme podemos sugerir a partir Van Dijk (2008, p. 44), como uma força societal por trás dos discursos. Ao silenciar o racismo, neste caso, o discurso midiático demonstra sua relação bastante direta com o poder de classe, grupo, instituição e raça em defesa da posição e status de seus membros, que têm, no exercício do poder, acesso diferenciado aos diversos gêneros do discurso: os gêneros do jornalismo atendem aos interesses dos grupos de poder étnico-raciais a quem não interessa a denúncia do racismo e da necropolítica.

Constatamos recorrências que podem contribuir para a construção de caminhos alternativos no que se refere ao enfrentamento do racismo no discurso da mídia. As cinco notícias destacadas, em seis diferentes textos, trazem temas diferentes relacionados ao racismo, que aparecem ligados entre si: desde o silenciamento do racismo como causa ou motivo de uma ação violenta nos enunciados do jornalismo (caso George Floyd e Chacina do Jacarezinho), discriminação contra grupos sociais não-brancos (notícia sobre a "Variante Indiana" da COVID-19), relação da desigualdade social e da necropolítica com a questão do racismo (Chacina do Jacarezinho e Vacinação COVID 19) e o apagamento do genocídio histórico contra as populações originárias da América (Genocídio Indígena no Canadá).

A morte de George Floyd foi um evento violento com motivação racista que mobilizou o mundo inteiro em protesto, mas o texto publicado pela Folha de S. Paulo/UOL não utiliza a palavra racismo, como se fosse proibida, ao se referir ao crime. De igual modo, a palavra negro só aparece uma única vez, apenas para descrever Floyd como homem negro. Além disso, o uso de um termo neutro "morte", em vez de "assassinato", também serve para esvaziar as tensões sociais provocadas pelo racismo. O jornal não se compromete em denunciar o racismo, o que significa, por outro lado, se colocar do lado que o promove - os esquecimentos e os

apagamentos sinalizam nessa direção. Tais apagamentos operam o jogo discursivo do racismo como tecnologia do biopoder a articular a necropolítica contemporânea. Percebe-se tal, também, quando se apagam informações como as características étnico-raciais do garoto negro agredido por Derek Chauvin, o que deixaria marcas discursivas ainda mais claras da prática e motivação racista do policial. A ausência dessa informação no texto noticioso aponta, ao contrário, para a sujeição ao racismo estrutural no enunciado.

Já quando pensamos nos textos referentes à chacina do Jacarezinho, destacamos que as notícias analisadas não se preocupam em explicar quem são as pessoas mortas, quais as relações de poder que agenciam uma operação policial como aquela, e o porquê as vítimas das chacinas são em sua maioria pessoas jovens que possuem a pele negra. No caso em questão, os textos sequer relacionam as características étnico-raciais das vítimas, reforçando, de maneira indireta, que, apesar do absurdo número, aqueles corpos, que eram negros, eram afinal, matáveis ou "morríveis".

No texto que refere a nota das centrais sindicais, mais um elemento da instituição da necropolítica emerge, uma vez que os sindicalistas, referindo-se também à pandemia da COVID-19, afirmam que o Brasil não pode se tornar o cemitério do mundo, como se a política oficial do governo fosse, na verdade, a morte.

No outro texto sobre a chacina do Jacarezinho, o autor refere perguntas que julga inevitáveis mas não as responde, o que nos leva a reforçar a compreensão de que há um processo de silenciamento das questões de fundo relacionadas a necropolítica e dos corpos negros morríveis.

Outro texto que destacamos em nossa análise, ao falar sobre a identificação de uma então nova variante da COVID-19 no México, denomina-a como "variante indiana". Identificar uma doença mortal a uma nacionalidade manifesta aspectos xenófobos e racistas.

O penúltimo texto que analisamos envolve também a COVID-19 e fala sobre necropolítica e racismo. Em um nível superficial, o texto parece apenas denunciar as injustiças sociais envolvendo a vacinação contra a COVID-19, que privilegia as classes dominantes, deixando os trabalhadores jovens e de periferia mais expostos aos vírus e mais longe da vacinação. No entanto, em um nível mais profundo de análise, se destaca o fato de que na fala do jornalista não aparecem palavras

relacionadas ao racismo, ainda que a entrevistada, em todas as citações diretas, denuncie o racismo estrutural e a necropolítica.

Por fim, o último texto serve para denunciar o racismo e o genocídio indígena canadense, ao mesmo tempo em que também desliza em manifestações racistas, como o uso de expressões tais quais "ameríndio" e "aborígene". Apresenta também uma visão eurocêntrica do mundo, apresentando os povos originários do Canadá, como inferiores que precisam de salvação concedida pelos brancos.

Para concluirmos, destacamos que uma marca de racismo no discurso da mídia é justamente apagar os traços de racismo nos crimes noticiados, demonstrando sua relação com grupos sociais privilegiados que não têm interesse na discussão pública do racismo, grupos que mantêm restrito o acesso aos gêneros do discurso mais relevantes, inclusive no jornalismo.

O silenciamento e o apagamento do racismo são formas de manifestação do próprio racismo nas narrativas midiáticas. Ao silenciar o racismo, o discurso midiático demonstra sua relação bastante direta com o poder de classe, grupo, instituição e raça, em defesa da posição e status de seus membros, atendendo aos interesses dos grupos de poder étnico-raciais a quem não interessa a denúncia do racismo e da necropolítica.

Apontando tais manifestações racistas em textos noticiosos do jornalismo brasileiro, nosso trabalho pretende contribuir com a percepção crítica das relações de abuso de poder discursivo que operam no discurso da mídia, propiciando, assim, caminhos alternativos para a superação dessa violência.

Como resultado de um projeto de pesquisa, este artigo, no entanto, não pretende esgotar o assunto, mas contribuir para o desenvolvimento do campo teórico e da pesquisa acadêmica acerca da análise crítica do discurso da mídia e no enfrentamento das manifestações de abuso - racismo, como em nossa análise.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

CUNHA, J.. **Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/05/lideres-sindicais-dizem-que-jacarezinho-foi-carandiru-a-ceu-aberto-e-brasil-nao-pode- virar-cemiterio-do-mundo.shtml>, acessado em 13 jun 2022.

FOLHA DE SP. **Chauvin e três ex-agentes enfrentam novas acusações pela morte de Floyd nos EUA**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/chauvin-e-tres-ex-agentes-enfrentam-novas-acusacoes-pela-morte-de-floyd-nos-eua.shtml> , acesso em 13 jun 2022.

FOUCAULT, M.. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

LIRA, L. C. E.; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

LISSARDY, G. "**O que aconteceu no Canadá foi genocídio**", diz parlamentar indígena". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57786853>, acessado em 12 jun 2022.

MARTINS, A. R. N. Análise de discurso da mídia. In: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

MBEMBE, A.. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINGARDI, G.. **Geografia e evolução da polícia civil e das milícias explicam Jacarezinho**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/geografia-e-evolucao-da-policia-civil-e-das-milicias-explicam-jacarezinho.shtml>, acesso em 13 jun 2022.

TV CULTURA. **Critérios da vacinação contra a Covid-19 provocam imunização desigual aponta estudo**. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/24704_criterios-de-vacinacao- contra-a-covid-19-provocam-imunizacao-desigual-aponta- estudo.html, acesso em 13 jun 2022.

UOL. **México registra primeiro caso da variante indiana da Covid-19**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/05/02/mexico-registra-primeiro-caso-da-variante-indiana-da-covid-19.htm>, acesso em 13 jun 2022.

_____. **Ministro critica falta de desculpas do Papa por abusos contra indígenas no Canadá.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/06/02/ministro-critica-falta-de-desculpas-do-papa-por-abusos-contra-indigenas-no-canada.htm>, acesso em 13 jun 2022.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. **How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff.** Discourse & Communication, v. 11, n. 2, fev. 2017, p. 199-229.



Capítulo 2
DE HANNAH ARENDT À FRANKLIN FOER
E A COMUNICAÇÃO
Glauco Antonio Rosa de Oliveira

DE HANNAH ARENDT À FRANKLIN FOER E A COMUNICAÇÃO

Glauco Antonio Rosa de Oliveira

Estudante. Graduando em Ciência Política. Universidade Internacional Uninter

E-mail: glauco.antonio@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende trazer uma reflexão histórica e a importância em se ater naquilo que será publicado nas mídias digitais embasado na linha de pesquisa “comunicação e mídias: tecnologias na atualidade” fazendo um breve comparativo dos livros: A Condição Humana de Hannah Arendt e O Mundo que não Pensa de Franklin Foer. Com um mundo cada vez mais tecnológico, nos excluindo do mundo privado e nos tornando meras mercadorias ideológicas, com suas ferramentas para facilitação da vida humana no seu labor, a atenção e cuidado para com aquilo que será postado, escrito e ou falado deva ser a primazia da convivência harmoniosa e pacífica para preservação da sociedade como a conhecemos. Com as facilidades e o comodismo que essas facilidades tecnológicas causa no conformismo humano onde já se torna impossível nos vermos sem Facebook, Google e Youtube. O conceito de comunicação remete ao como seremos vistos no mundo, como seremos interpretados e como queremos que o mundo nos interpretem, significa também o que pode se tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar. A ameaça constante do autoritarismo midiático sob as regras e imposições das mídias digitais sem o regulamento do Estado, além de nos sentirmos donos de uma razão absoluta falando e postando tudo o que vêm a nossa cabeça, poderá levar ao declínio e a extinção do *homo sapiens*.

Palavras-chave: Ação; Discurso; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Arendt (2020) fala que nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. A singularidade não é apenas uma visão sobre o futuro, ela implica também uma visão sobre o presente. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem e depende inteiramente da constante presença de

outros. De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas: a ação e o discurso, das quais surge o domínio dos assuntos humanos. Mais fundamentalmente, que o ato de encontrar as palavras certas no momento certo, independentemente da informação ou comunicação que transmitem. A ênfase passou da ação para o discurso como meio de persuasão e não como a forma especificamente humana de responder, replicar e estar à altura do que aconteceu ou do que foi feito. Significa que tudo pode ser decidido mediante palavras e persuasão, argumentos e contra-argumentos.

Tanto Arendt (2020) quanto Foer (2018) concordam que o íntimo quanto o social são formas subjetivas da existência humana. O indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos, seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo de sua vida emocional nasceram dessa rebelião do coração. A reação rebelde contra a sociedade foi dirigida contra as exigências niveladoras do social, contra o que hoje chamaríamos de conformismo inerente a toda sociedade. A notável coincidência da ascensão da sociedade com o declínio da família indica claramente que o que ocorreu foi à absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes. A sociedade é a forma na qual da dependência mútua, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público. É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo.

Já na democracia grega havia esse confronto, onde os interesses particulares e de grupos se infiltram no espaço público “entre” as pessoas que naquele momento histórico se comunicam até conflitivamente, mas para o bem da sociedade, com a grande prerrogativa da palavra, que tenha um poder muito forte e a palavra era instaurada para acabar com a violência. A partir dessa perda do espaço público, pois o espaço privado foi expropriado, não existe mais espaço de convivência, de interlocução onde a ética, a política, tornou-se técnica. A tecnologia da administração das mídias tornou esse processo irreversível e a política perdeu a dignidade.

Hoje, a identidade social não é mais construída dentro desse espaço de convivência e a política deixou de ser a gestora do bem comum e passou a ser a administração da necessidade de indivíduos. O Estado é usado para satisfazer a necessidade dos grupos de pressão (big tecks) e o governo regulamentar administrando melhor o que se passa nas redes e mídias digitais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Arendt (2020) trata que a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida adquire importância pública e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público. O surgimento das massas indica que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma única sociedade. O domínio social atingiu o ponto em que abrange e controla todos os membros de uma determinada comunidade. Essa igualdade moderna, baseada no conformismo inerente a sociedade e que só é possível porque o comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana. O caráter monolítico de todo tipo da sociedade, o seu conformismo, que só admite um único interesse e uma única opinião, tem suas raízes basicamente na unicidade da espécie humana.

A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos. Sempre intensificará e enriquecerá grandemente toda escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, essa intensificação sempre ocorre à custa da garantia da realidade do mundo e dos homens. Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantia primordialmente pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas antes pelo fato de que, a despeito de diferenças de posições e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Isso pode ocorrer nas condições de isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar com ninguém, com geralmente ocorre nas tiranias. Pode também ocorrer nas sociedades de massas ou de histeria de massas, em que vemos todos passarem subitamente a se comportarem como se fossem parte de uma mesma enorme família, cada um a multiplicar e prolongar a perspectiva do vizinho. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes.

Foer (2018) fala que no passado conceitos como compartilhamento soavam como gestos idealistas e devaneios de inventores desgrenhados, mas acabaram de tal forma se transformando em regra que fora encampado pelo capitalismo. Há uma teoria do conhecimento enraizada nessa celebração do compartilhamento: a noção de que os indivíduos só conseguem alcançar um conhecimento limitado do mundo quando estão ali diante de suas mesinhas, lendo e pensando sozinhos. Antes do advento das novas tecnologias, a informação era atomizada, assim como o estudioso

isolado. Mas hoje a informação pode ser organizada e processada por uma comunidade muito maior. Foer (2018) cita que a humanidade concretizará, por fim, os sonhos de Descartes: de libertar a mente da prisão do corpo.

Embora o mundo comum seja local de reunião de todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes posições e o lugar de um não poder coincidir com o de outro. A importância de ser visto e ouvido por outros provem do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. Uma vez que nosso senso de realidade depende totalmente da aparência e da existência de um domínio público no qual as coisas possam emergir da treva de uma existência resguardada, dá luz ao domínio público.

Encarada desse ponto de vista, a moderna descoberta da intimidade parece constituir uma fuga do mundo exterior como um todo para a subjetividade interior do indivíduo, subjetividade está que antes fora abrigada e protegida pelo domínio privado. Depois que se tornou preocupação pública, adquiriu tais proporções que dificilmente poderia ser controlada pela posse privada. Uma experiência vivida inteiramente em público, na presença constante do outro, torna-se superficial. O único modo eficaz de garantir a escuridão que deve ser escondido da luz da publicidade é a propriedade privada, um lugar possuído privadamente para se esconder. O domínio público reúne-nos na companhia uns dos outros e evita que caiamos uns sobre os outros

O ato de pensar, para ser lembrado, pode cristalizar-se em pensamentos, e os pensamentos, como todas as coisas que devem sua existência à recordação, podem ser transformados em objetos tangíveis que, como a página escrita ou o livro impresso, se tornam parte do artifício humano. O discurso e a ação revelam essa distinção única. Por meio deles, os homens podem distinguir a si próprio, ao invés de permanecerem apenas distintos. Ambos são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros. É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano. A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz ao recém-chegado: “quem é? ”. A ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra, e embora seu ato possa ser percebido em seu aparecimento físico bruto, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como autor.

Sem o desvelamento do agente do ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. O discurso transforma-se em “mera conversa”, desprovida de um nome, de um “quem” a ela associada, a ação perde todo o sentido. Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de “quem” em contraposição à “o que” alguém é está implícita em tudo a que esse alguém diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é. Pelo fato de se movimentar entre outros seres atuantes e em relação a eles, o auto nunca é simples “agente”, mas sempre, e ao mesmo tempo, padecente.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A expropriação e alienação do mundo coincidem muito contra as intenções de todos os atores da peça, começou por alienar do mundo certas camadas da população. Tendemos a negligenciar a importância central dessa alienação para a era moderna, porque geralmente destacamos seu caráter secular e identificamos secularidade com mundanidade. Como evento histórico tangível, a secularização significa apenas a separação entre Estado e Igreja, entre religião e política. A evidência histórica mostra que os homens modernos não foram arremessados de volta ao mundo, mas para dentro de si mesmo. É possível haver uma enorme atividade estritamente mundana sem que haja qualquer cuidado ou deleite com o mundo, uma atividade cuja motivação mais profunda é a preocupação e o cuidado com o si mesmo. O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo, e não a auto alienação.

É isso o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que estiveram antes e com aqueles que virão depois de nós. Esse mundo comum só pode sobreviver ao vir e ir das gerações na medida em que aparece em público. É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer bilhar por séculos tudo o que o homem venha a produzir e querer preservar da ruína natural do tempo. As inovações não surgem num passe de mágica nem progridem apenas com base em alguma lógica científica, a cultura sempre dá um empurrãozinho.

Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações e reações, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. A ação e o discurso necessitam tanto da presença circunvizinha de outros quanto a fabricação necessária da presença circunvizinha da natureza, da qual obtém seu material, e de um mundo onde coloca o produto acabado. A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela. Nenhuma outra realização humana precisa tanto do discurso quanto à ação. Em todas as outras realizações o discurso desempenha um papel secundário, como um meio de comunicação ou um mero acompanhamento de algo que poderia ser feito em silêncio. É também verdade que a capacidade humana de agir é extremamente útil para fins de autodefesa ou autossatisfação de interesses.

Seja como foi, a experiência fundamental por trás da inversão entre contemplação e ação foi precisamente que a sede humana de conhecimento só pôde ser mitigada depois que o homem depositou sua confiança no engenho das próprias mãos. As razões para que se confiasse no agir e se desconfiasse da contemplação ou observação tornaram-se ainda mais forte após o resultado das primeiras pesquisas ativas. Desde que o ser e a aparência se divorciam e quando já não se supunha que a verdade aparecesse, se relevasse e se desvelasse ao olho mental de um observador, surgiu uma verdadeira necessidade de buscar a verdade por trás de aparências enganosas. A certeza do conhecimento só podia ser atingida mediante dupla condição: primeiro, que o conhecimento se referisse apenas aquilo que o próprio homem havia feito e segundo, que o conhecimento fosse de tal natureza que ele só pudesse ser testado mediante mais agir.

Foer (2018) relata que as empresas de tecnologia são monopólios com ambições ilimitadas. Os gigantes da tecnologia estão destruindo os princípios que representam a individualidade para moldar a humanidade ao seu bel prazer. Se esses monopólios venceram, não há como reverter os conhecimentos, hábitos e a intelectualidade que estão sendo embaralhados por essas empresas hegemônicas que vigiam até o que pensamos pelo que publicamos nas redes sociais.

As mídias sociais encarregam de fingir “dar espaço” para que as pessoas expressem suas opiniões, frustrações e ideias a fim de que se sentam empoeiradas dentro de sua liberdade de expresso. Tudo a nosso respeito, vai sendo armazenados e, com isso, acabamos fundidos a essas mídias digitais criando, assim, uma espécie

de *Frankenstein* que não pensa fora ou sem auxílio de tais ferramentas tecnológicas das mídias digitais. Desse o surgimento do vale do silício, conglomerados que detêm a tecnologia, movem-se numa direção ideológica canalizando os anseios e aspirações espirituais e sociais, findando num projeto de dominação mundial.

ANALISE DE DADOS

Segundo Arendt (2020) a crença popular do “homem forte”, que deve sua força ao fato de estar só, é uma mera superstição, baseada na ilusão de que podemos “produzir” algo no domínio dos assuntos humanos, ou é a desesperança consciente de toda ação, política ou não política, aliada à esperança utópica de que seja possível tratar os homens como se tratam outros “materiais”. Não só as palavras se correlacionam de modo análogo, como a história do seu emprego é também muito semelhante. Em ambos os casos, a palavra que originalmente designava apenas a segunda parte da ação, ou seja, sua realização, passou a ser o termo aceito para designar a ação em geral, enquanto a palavra que designava o começo da ação adquiriu um significado especial, pelo menos na linguagem política.

A necessidade e a vida são tão intimamente aparentadas e conectadas que a própria vida é ameaçada quando se elimina totalmente a necessidade. A eliminação da necessidade apenas obscurece a linha que separa a liberdade da necessidade. O que importa ao domínio público não é o espírito mais ou menos empreendedor de homens de negócios privados, e sim as cercas em torno das casas e dos jardins dos cidadãos, ou através dos smartphones. A invasão da privacidade pela sociedade do imediatismo, a “socialização do homem”, é mais eficazmente realizado por meio da expropriação, porém não a única maneira. A força superior da máquina manifesta-se em sua velocidade, muito superior à da força do cérebro humano. Graças a essa velocidade superior, a máquina pode dispensar a multiplicação, que é o expediente técnico pré-eletrônico para a acelerar a adição. Tudo o que os computadores, e smartphones, provaram é que a era moderna estava errada ao acreditar que a racionalidade, no sentido de “calcular as consequências”, é a mais alta e a mais humana das capacidades do homem, e que os filósofos da vida e do trabalho estavam certos quando viam nesse tipo de inteligência, que confundiam com a razão, uma mera função do processo vital ou uma mera “escravidão das paixões”. É obvio que

essa força cerebral e os processos lógicos coativos que dela resultam não são capazes de construir um mundo

A sua ilimitabilidade da ação é apenas o outro lado de sua tremenda capacidade de estabelecer relações, isto é, de sua produtividade específica. É por isso que a antiga virtude da moderação, de se manter dentro dos limites, é realmente uma das virtudes políticas por excelência. Não se trata apenas da mera impossibilidade de se predizerem todas as consequências lógicas de determinado ato, pois a imprevisibilidade decorre diretamente da estória que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O problema é que, seja qual for o caráter e o conteúdo da estória subsequente – seja ela na vida pública ou na vida privada – seu pleno significado pode se revelar somente quando ela termina.

Embora a distinção entre o privado e o público coincidam com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a permanência e entre a vergonha e a honra, não é de forma alguma verdadeiro que somente o necessário, o fútil e o vergonhoso tenham o seu lugar adequado no domínio privado. O significado mais elementar dos dois domínios indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência. Se examinarmos essas coisas, independentemente de onde as encontrarmos em qualquer civilização veremos que cada atividade humana assinala sua localização adequada no mundo.

O amor à sabedoria e o amor à bondade, caso se resolvam nas atividades de filosofar e de realizar boas obras, têm em comum o fato de que cessam imediatamente, sempre que se presume que o homem pode ser sábio ou ser bom. Sempre houve tentativas de dar vida ao que jamais pode sobreviver ao momento fugaz do ato, e todas elas sempre levaram ao absurdo. Sob o céu das ideias não apenas encontra as verdadeiras essências de tudo quanto existe, mas também a si próprio, no diálogo entre “eu e mim mesmo”. Estar em plenitude significa estar consigo mesmo e o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, nunca é realizado inteiramente sem um parceiro e sem companhia.

O pensamento e a cognição não são a mesma coisa. A cognição sempre persegue um fim definido, que pode ser determinado tanto por considerações práticas como pela “mera curiosidade”. O pensamento não tem outro fim ou propósito além de si mesmo, e não chega sequer a produzir resultados. A atividade de pensar é tão

incessante e repetitiva quanto a própria vida. Os processos do pensamento permeiam tão intimamente toda a existência humana que o seu começo e o seu fim coincidem com o começo e o fim da própria vida humana. A cognição toma parte em todos os processos, não somente nos da obra intelectual ou artística. Os processos cognitivos das ciências não diferem basicamente da função da cognição na fabricação.

Somente a sabedoria da retrospectão vê o óbvio: nada que possa ser medido pode permanecer imenso; toda medição reúne pontos distantes e estabelecer proximidade onde antes predominava a distância. É próprio da natureza da capacidade humana de perquirição só pode funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si, e se retira a uma distância de tudo o que o rodeia.

Os limites e fronteiras existem no domínio dos assuntos humanos, mas eles jamais chegam a constituir estrutura capaz de resistir de modo confiável ao assalto por meio da qual tem de se inserir nele cada nova geração. A fragilidade das leis e instituições humanas e, de todo assunto relativo à convivência dos homens, decorre da condição humana da natalidade e independe inteiramente da fragilidade da natureza humana.

Bauman (1998) fala que a noção de verdade pertence à retórica do poder. Ela não tem sentido a não ser no contexto da oposição e quando, por determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que é outro lado que está errado. A Teoria da verdade trata de estabelecer superioridade sistemática e, constante e segura de determinadas espécies de crenças, sob o pretexto de que a elas se chegou graças a um determinado procedimento confiável ou que é assegurado pela espécie de pessoas em que se pode confiar. Toda teoria da verdade segue o modelo de Platão, em ser uma teoria sobre por que e como os poucos escolhidos conseguem emergir da caverna e enxergar as coisas como elas são e, ao mesmo tempo, uma teoria sobre por que todos os outros não conseguem fazer o mesmo sem serem guiados e por que tendem a resistir à direção e permanecer dentro da caverna, em vez de explorar o que é visível somente à luz do sol, no lado de fora. Kant também dizia que somente os princípios da razão que podem conferir a fenômenos concordantes a validade de leis. Negar a vantagem positiva ao serviço prestado pela razão, seria tão absurdo quanto asseverar que o sistema de polícia não produz nenhum benefício positivo.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. A certeza do conhecimento só podia ser atingida mediante dupla condição: primeiro, que o conhecimento se referisse apenas aquilo que o próprio homem havia feito e segundo, que o conhecimento fosse de tal natureza que ele só pudesse ser testado mediante mais agir. A convicção de que a verdade objetiva não é dada ao homem e que ele só pode conhecer aquilo que ele mesmo faz não advém do ceticismo, mas de uma descoberta demonstrável e não leva à resignação, mas a uma atividade redobrada ou ao desespero.

Arendt (2020) cita que tais especulações são significativas na medida em que nos fazem lembrar que a história é uma estória de eventos, e não de forças ou ideias com cursos previsíveis. São ociosas e até perigosas quando empregadas como argumentos contra a realidade, ou quando se destinam a indicar potencialidades e alternativas positivas, visto que não apenas o seu número é ilimitado por evento, que elas procuram compensar com a mera plausibilidade. Permanecem sendo meros fantasmas, por mais prosaicas que seja a sua forma sob a qual são apresentadas. A pluralidade das verdades deixou de ser considerada um irritante temporário, logo destinado a ser deixado para trás com a possibilidade de que diferentes opiniões podem ser não apenas simultaneamente julgadas verdadeiras.

Quanto mais o mundo real oscila sob pressão indômita de genuínas ou supostas certezas, mais tocante e atraente se torna esse outro aspecto da realidade imaginada e ficcional. A expropriação e a alienação do mundo coincidem muito contra as intenções de todos os atores da peça, começou por alienar do mundo certas camadas da população. Tendemos a negligenciar a importância central dessa alienação para a era moderna e pós-moderna, porque geralmente destacamos seu caráter secular com mundanidade. É possível haver uma enorme atividade estritamente mundana sem que haja motivação mais profunda, é a preocupação e o cuidado com o si mesmo. O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arendt (2020) relata que a ascensão da sociedade trouxe consigo o declínio simultâneo dos domínios público e privado. Mas o eclipse de um mundo público comum, tão crucial para a formação do homem de massa desamparado e tão perigoso na formação da mentalidade sem-mundo dos modernos movimentos ideológicos de massas, começou com a perda da posse privada de uma parte do mundo. Com o desaparecimento do mundo tal como dado aos sentidos, desaparece também o mundo transcendente e, com ele, a possibilidade de transcender o mundo material em conceito e pensamento. Talvez a mais grave consequência espiritual das descobertas da era moderna e que não poderia ser evitada.

D'Ancona (2018) traz que no cerne dessa tendência global está um desmoronamento do valor da verdade, comparável ao colapso de uma moeda ou uma ação. Os sites conspiratórios e as mídias sociais tratam com desdém os jornais impressos ou a grande mídia, considerando-os voz desacreditada. Os “especialistas” são difamados como um cartel mal-intencionado, em vez de fonte de informações verificáveis. “Ouse saber” foi o lema proposto por Immanuel Kant para o Iluminismo, o congênere de hoje seria “ouse não saber”.

Arendt (2020) nos traz que é um dado histórico o de que a moderna tecnologia tem suas origens, não na evolução daquelas ferramentas que o homem sempre havia inventado para o duplo propósito de facilitar seu trabalho e de erigir o artifício humano, mas exclusivamente na busca complementemente não prática de conhecimento inútil. Nossa crença na tecnologia deixou de ser totalmente compatível com nossa crença de liberdade. Estamos perto do momento em que teremos de prejudicar uma das revoluções para salvar a outra. A privacidade não consegue sobreviver à trajetória corrente da tecnologia. A natureza humana é maleável. Não é algo fixo, mas tem um ponto de ruptura, um ponto a partir do qual nossa natureza deixa de ser de fato humana. Podemos decidir cruzar alegremente essa fronteira, mas precisamos ser francos sobre os custos envolvidos.

Vivemos em uma era de fragilidade institucional. As instituições da sociedade agem como anteparos. São os órgãos que encarnam seus valores e suas continuidades. Lançam luzes sobre seus fracassos, sua decadência e seu colapso absoluto é intrinsecamente perturbador. Quando os supostos fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade.

Se o colapso institucional erodiu a primazia da verdade, também para isso contribuiu a indústria multibilionária da desinformação, da propaganda enganosa e da falsa ciência que surgiu nos últimos anos. Da mesma forma que pós-verdade não é simplesmente outro nome para mentira. Campanhas de desinformação preparam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvidas, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública. Como as instituições que tradicionalmente atuam como árbitros sociais, foram sendo cada vez mais desacreditadas, os grupos de pressão bem financiados estimularam o público a questionar a existência da verdade exclusivamente confiável. Assim sendo, a prática normal do debate antagônico é a metamorfose em um relativismo pernicioso, em que a caçada epistemológica não só é melhor do que a captura, mas é tudo o que importa. A questão é manter a discussão em andamento, para assegurar que nunca cheguem a uma conclusão.

Nesta época de automação acelerada, em que a internet conecta a quase tudo e quase todos, a ideia de comandar nosso próprio rumo pode parecer ridícula e inútil. As empresas de tecnologia aspiram moldar nossas vidas e nosso hábitos, mas a vida e os hábitos continuam sendo nossos. Talvez nossa sociedade caia em si, e a gente acabe impondo políticas sensatas e regras de regulação de tais mídias digitais pelo Estado para proteger a cultura, a democracia e os indivíduos contra a corrosividade dessas empresas. Enquanto isso, precisamos nos proteger.

Se os pensadores pós-modernos foram os profetas involuntários da pós-verdade, pode ser que os novos realistas sejam pioneiros de um novo surto da evidência e da exatidão. Podemos tirar as aspas pós-modernas das coisas que devem importar para nós: verdade, razão, objetividade e confiança. Elas não são menos, se não mais, do que as virtudes que devemos todos valorizar ao tentarmos entender o mundo desconcertante a nosso redor.

Nós nos enganamos ao nos preocuparmos mais com a comodidade e a eficiência do que com as coisas que duram. Em comparação à nutrição contínua de uma vida contemplativa e do profundo compromisso com o texto. O que lemos e compramos, como nos dedicamos ao lazer e ao aprimoramento pessoal, como resistimos à tentação vazia, nossa preservação dos espaços tranquilos e nossos esforços intencionais para dominarmos nosso domínio.

D'Ancona (2018) esclarece que em uma sociedade multiétnica e mutireligiosa, o objetivo nunca pode ser uniformidade absoluta: isso seria indefensável eticamente,

assim como terrivelmente enfadonho. O objetivo é identificar a cerne das normas culturais, dos deveres legais e das responsabilidades sociais ao qual todos os cidadãos devem aderir independentemente de suas opiniões particulares. A diversidade é, e vai continuar a ser, um dado básico, mesmo com a nova corte de nativistas afirmando o contrário. O desafio é identificar o denominador comum da troca social, intelectual e prática sobre a qual todos concordam. A pós-verdade alimenta a alienação, o desarranjo e o silêncio entorpecedor. A maior misso cívica que temo pela frente é esvaziar a vala.

A sobrecarga de informação significa que todos nós devemos nos tornar editores: filtrar, checar e avaliar o que lemos. Da mesma forma que crianças são ensinadas a como entender textos impressos, suas faculdades críticas devem ser treinadas para enfrentar os desafios muito diferentes de um feed digital. À medida que os próprios livros migram para a nuvem, aqueles de nós que ainda gostam de textos físicos como artefatos da mente serão considerados amantes da antiguidade. Deveria ser uma tarefa básica de educação de primeira categoria, ensinar as crianças a selecionarem a torrente digital e discriminá-la. Ensinar a navegar na web com discernimento é a missão cultural mais urgente da nossa época.

Para gigantes da tecnologia, cujos faturamentos dependem dos cliques, da propaganda e das compras on-line, a questão de editar foi inicialmente marginal. O objetivo explícito era “prover as pessoas com o conhecimento de que precisam para ser eleitores inteligentes da era digital”. Também é verdade que esses compromissos dos gigantes da tecnologia só terão eficácia se a pressão pública for mantida: muito do que é apresentado como responsabilidade social empresarial não passa de falsa virtude, de falsa benevolência. No cerne da retórica e dos lançamentos de projetos espalhafatosos está a convicção de que a internet vai se curvar sozinha, que os próprios algoritmos que dirigem atualmente os tráfegos para sites de notícias falsas podem ser modificados para produzir o efeito contrário e impedir sua difusão.

Também é importante entender a multiplicidade dos métodos disponíveis para aqueles que propagam mentiras. Se a distração pode ser a inimiga da verdade, conclui-se que seus defensores devem se engajar na batalha pela atenção. Os meios da reprimida devem corresponder à cultura vigente. Um podcast viral, uma manifestação de protestos ou uma petição on-line podem fazer mais para banir uma mentira do que uma asserção objetiva do fato. É uma bola de neve, contribuiria em nada para o discurso democrático. A verdade nunca deve ser comprometida pela

teatralidade. No entanto, é ingênuo pensar que a batalha contra a pós-verdade será ganha recorrendo à técnica de verificação rotineira.

O progresso é essencial: isso quer dizer que aqueles que torcem pela mudança, ou combatem uma tendência social perniciosa, devem se adaptar com disciplina rígida às circunstâncias em que se encontram. Isso é menos óbvio do que parece. Há um instinto poderoso para restabelecer aquilo que é perdido ou foi posto em risco, para reafirmar a status quo anterior.

Em seus comentários esclarecedores a respeito do significado de seu livro 1984, Orwell (2020) lançou uma advertência categórica: “a moral a ser tirada dessa perigosa situação de pesadelo é simples: não deixe acontecer. Depende de você”. Não havia nenhum idealismo nessas últimas palavras, apenas o realismo duramente conquistado de um escritor que dedicou sua vida à verdade e entendeu que, no final das contas, é apenas o cidadão alerta que monta guarda por uma sociedade livre e seus valores fundamentais. É um desafio que vale apenas enfrentar. A coragem, a persistência e o espírito colaborativo serão recompensados: a verdade se revelará.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News**. Tradução: Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

FOER, Franklin. **O Mundo que não pensa: a humanidade diante do perigo real da extinção do homo sapiens**. Tradução de Debora Fleck. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

ORWELL, George. **1984**. Adaptado e Ilustrado por: Fido Nesti. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2020.



Capítulo 3
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA
UM PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO
EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO

Danielly Amatte Lopes
Jullena Santos de Alencar Normando

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA UM PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO

Danielly Amatte Lopes

Professora da Universidade Federal de Alagoas, vinculada ao curso de Design.

Obteve seu doutorado no departamento de comunicação na Universidade de Brasília (UnB) quando desenvolveu pesquisa sobre vídeogame, metaversos, a figura do avatar e a noção do corpo nos dias atuais. Graduada em Design gráfico e Mestre em Arte e Cultura Visual, ambos os cursos feitos em Faculdade de Artes Visuais da UFG. Tem experiência nas áreas de comunicação e Design gráfico, trabalhando principalmente com cibercultura, cultura pop, imaginário e cultura visual. Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas com a metodologia para criações de design e comunicação e é pesquisadora junto ao LED (Laboratório de Experimentação em Design)

Jullena Santos de Alencar Normando

Doutoranda em Comunicação e Cultura no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). Pesquisadora sobre Educação na plataforma Youtube. Bolsista CAPES. Produtora de conteúdo e apresentadora do canal do Youtube Jullena Normando, que aborda conteúdos teóricos sobre a área da Publicidade e da Comunicação. Possui experiência de mais de dez anos em coordenação de graduação e mais de quinze anos em docência no ensino superior para os cursos de Comunicação Social. Atualmente é estudante visitante de P.HD na Universidade de San Diego, Califórnia (UCSD).

RESUMO

Ensinar é um processo comunicacional que exige o uso adequado de linguagens. A aproximação entre os campos da Educação e da Comunicação ocorre por meio de diversas abordagens. Reconhecendo a aproximação entre essas áreas, o objetivo deste artigo é direcionar o foco: seja na utilização de mídias como recursos

pedagógicos para melhor compreender o conteúdo das aulas, seja na criação e estruturação de conteúdos baseados na linguagem publicitária, a fim de aumentar o interesse e o envolvimento dos estudantes. Parte-se do pressuposto de que as mudanças nos ambientes, nas condições de acesso, nas oportunidades de interação e no desempenho de professores e alunos modificam as formas de ensinar e aprender. Nesse sentido, compreender e dominar certos conhecimentos e recursos, que historicamente não faziam parte da formação docente, tornou-se essencial. Por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se estabelecer uma conexão entre as teorias da Publicidade e do Design, a fim de propor uma metodologia que aborde a elaboração de um planejamento de comunicação educacional voltado para aulas realizadas em ambientes digitais e que façam uso da linguagem audiovisual.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Design. Publicidade. Metodologia.

ABSTRACT

Teaching is a communicative process that requires adaptation of languages. The convergence between the fields of Education and Communication occurs through various approaches. Recognizing the connection between these areas, the purpose of this article is to shift the focus: either towards the use of media as pedagogical resources to enhance the understanding of lesson content, or towards the creation and structuring of content using advertising language to increase student interest and engagement. It is understood, as a premise, that changes in environments, access conditions, interaction possibilities, and the performances of teachers and students alter the ways of teaching and learning. In this sense, understanding and mastering certain knowledge and resources that historically were not part of typical teacher training have become indispensable. Through a literature review, the aim is to bring together theories from Advertising and Design to propose a methodology that addresses the development of an educational communication plan aimed at digital learning environments utilizing audiovisual language.

Keywords: Communication. Education. Design. Advertising. Methodology.

INTRODUÇÃO

É inquestionável o fato de que a Pandemia COVID-19 alterou as preocupações sanitárias, as relações de trabalho, as relações entre as pessoas, as temporalidades e, entre tantos outros aspectos do contexto social, afetou diretamente a área da Educação. Algumas mudanças, que até então eram consideradas tendências, rapidamente se tornaram a única condição possível, como foi o caso do ensino não-

presencial. As aulas mediadas pelos aparatos técnicos, aulas em sistema remoto acontecendo em salas de reuniões virtuais em plataformas das mais diversas ou até mensagens por meio de aplicativos de comunicação, passaram a fazer parte do fazer educacional a partir de março de 2020.

Todo esse contexto dramático acelerou mudanças e tornou ainda mais evidente que Educação é um processo comunicacional e que, ao se transpor para outros ambientes (que não a sala de aula presencial) requereu conhecimentos e habilidades típicos de áreas como o Design Gráfico e a Comunicação, cujos escopos incluem comunicar e fazer-se entender. Foram modificações profundas em uma área que há muito tempo não se via diante de um desafio de tamanha proporção como o que a pandemia apresentou.

Alteraram-se o ambiente, as condições de acesso, as possibilidades de interação, as performances e, para que fosse possível ensinar e aprender, passou a ser imprescindível a compreensão e o domínio de certos conhecimentos e recursos que, historicamente, não faziam parte daquilo que é típico da formação docente. O trabalho de sala de aula, para muitos professores, parecia ser deslocado da produção de um conteúdo necessariamente visual. Era possível, a partir da adoção de uma bibliografia, focar sua atuação em sala de aula na oratória e na performance em um espaço preparado para que a atenção pudesse ser focada nesse encontro. O foco da aula poderia ser o professor ou a professora.

No contexto do ensino remoto, associado ao excesso do uso de telas e ao clima de tensão trazido pela pandemia, a atenção se dispersou e a prática docente precisou incluir uma preocupação com o engajamento dos alunos. Nesse sentido, é possível considerar que o novo contexto levou a uma preocupação com o envolvimento dos alunos ainda maior do que a que havia em ambiente presencial, uma vez que estão restritas as deixas simbólicas e as “ferramentas” de verificação acerca da compreensão dos conteúdos durante as aulas.

Em uma realidade digital de presença remota, a aplicação dos conhecimentos específicos do Design e da Publicidade, uma vez que tais áreas se debruçam sobre compreender o processo comunicacional de maneira ampla e profunda para a sua tradução visual, se fez necessário e urgente. Muito embora perceba-se que o senso comum e outras áreas do conhecimento não compreendem muito bem os saberes e a atuação de publicitários e designers, essas são áreas que, a partir de estudos e

pesquisas, criam estratégias e metodologias para que o resultado de seus trabalhos pareça simples, fluidos e naturais.

Ocorre que, na verdade, o processo que resulta em mensagens publicitárias e projetos gráficos/visuais é complexo e amplamente sustentado por um arcabouço de pesquisas, metodologias e ferramentas. Tais recursos são utilizados a fim de atingir objetivos comunicacionais claros e, durante seu desenvolvimento, foram sendo formatadas, hibridizadas e modeladas de modo a atender as mais diversas necessidades. É claro, para os pesquisadores e profissionais desses campos, que nada é aleatório e que nada acontece por acaso: seja a decisão por um determinado desodorante ou smartphone. São os estudos prévios, as aplicações metodológicas e os aparatos técnicos adequados que fundamentam decisões e fazem o processo comunicacional parecer banal, natural e, por vezes, até ingênuo.

Acredita-se, portanto, que o engajamento de um estudante em uma aula através de uma tela também passe por adequar conteúdos e linguagens a partir daquilo que é típico do ambiente on-line e amplamente utilizado na prática mercadológica: o planejamento de comunicação. Propõe-se, nesse sentido, uma discussão acerca das aproximações possíveis e necessárias entre as áreas de Educação, Comunicação e Design de modo a apresentar processos e metodologias que convirjam para aprimorar as práticas docentes em ambiente digital.

Linguagens digitais

A convergência das linguagens midiáticas e digitais reconfigura as maneiras de aprender e de ensinar, os modos de perceber, sentir e pensar as relações humanas em suas práticas sociais. Esta é uma sociedade cujo contato com diversos assuntos é mediado e filtrado por essas linguagens, construindo novos sistemas de circulação e valores para tudo, inclusive os saberes. Misturam-se interesses individuais e coletivos, sustentado por relações econômicas e de poder embaladas para não serem percebidas por aqueles mais desatentos. Jenkins (2014, p. 23) pontua que “quando analisamos a circulação, vemos como são criados valor e significado nas múltiplas economias que constituem o panorama da mídia que vem se configurando. Nossa mensagem é simples e direta: se algo não se propaga, está morto.”

Em se tratando do meio digital os processos de educação disputam território com ações comerciais, disputas ideológicas, entretenimento, a mensagem de bom dia

no grupo da família, o meme “despretensioso” etc. Temos aí uma contenda que é discursiva e estética, onde a construção da visualidade e do conteúdo disputa a atenção do interlocutor e demanda sua “aderência” à mensagem para que assim ela se propague.

Citelli (2021), ao tratar de Educação e Comunicação apresenta, na introdução da obra, destaque para a questão geracional dos estudantes nascidos já em meio a uma cultura digital, o que impacta diretamente não apenas questões relacionadas à temporalidade, mas também os graus de interesse e dispersão deste grupo:

‘nativos digitais’: sujeitos nascidos ao passo da aceleração tecnológica e que com ela aprenderam a viver e conviver. Criar-se-iam, nesta medida, um ethos e um logos marcados por propriedades distintas daquelas que acompanharam as formas de os ‘nativos analógicos’ se relacionarem com a realidade circundante. Equivale dizer, expressões chaves como aceleração temporal e deslocamento espacial, [...] certamente associadas às maneiras como acontecem os trânsitos da informação e do conhecimento sob os dispositivos técnicos e tecnológicos –, ajudariam a explicar a existência de um novo tipo de sensório alimentando o mundo dos/das jovens e dos/das adolescentes. Em particular, as unidades educativas formais estariam desprovidas tecnologicamente, operando com suportes comunicativos de pequeno ou nenhum interesse para os/as discentes (CITELLI, 2021, p.24).

Tais *ethos* e logos que Citelli (2021) menciona rompem com os da geração anterior, especialmente porque para os “nativos digitais” não há distinção do mundo *on-line* para o *off-line*. Para eles, o mundo já começa assim e não há desvinculação possível. Nesse sentido, é pertinente retomar um outro aspecto: a questão da linguagem das mídias digitais. Se já nos anos 1980, Dr. Terry O’Brien, ao descrever e esboçar os “fatores transcendentais na publicidade” em uma palestra intitulada “*What consumers bring to advertising*” (apud RAINEY, 2006, p. 17) já destacava que os consumidores eram, desde a mais tenra idade, alfabetizados em publicidade. Percebe-se - hoje - que tal letramento inclui também as mais diferentes plataformas digitais. O sujeito é alfabetizado na linguagem das redes e é nesse ritmo frenético e na cadência infinita da *timeline* que ele absorve grande parte dos conteúdos acerca do mundo.

Aparecia - nos anos 1980, então enquanto tendência - a noção de que haveria aspectos relativos ao processo de comunicação mercadológica que escapariam às decisões dos anunciantes e que surgiriam a partir das competências discursivas das

audiências, sob o ponto de vista linguístico. Assim, começava-se a se deslocar a atenção e o foco do produto/anunciante para o consumidor/receptor das mensagens.

A cultura digital perpassa todos os âmbitos da vida social e, como indica Citelli

Claro está que nos encontramos imersos em um ciclo histórico no qual os processos de comunicação, as redes digitais, os media móveis passaram a desempenhar papel decisivo para a vida em sociedade, deixando o lugar de instrumentos ou veículos para ganharem a dimensão de tecnologias intelectuais (CITELLI, 2021, p. 26)

Tal dimensão de tecnologia intelectual exige de seus membros novas percepções e adaptações considerando a dinâmica que se apresenta. Rodrigues, Costa e Nardes (2021, p.63) indicam que “o desafio colocado vai no sentido de ajustar os planos de aula dos/as docentes aos interesses múltiplos e difusos dos/as discentes” o que requer um esforço hercúleo, especialmente se os docentes não têm acesso às metodologias e ferramentas das áreas que fomentam tais conteúdos nas plataformas digitais: a publicidade e o design. Eles continuam destacando que

Sabidamente, plataformas como WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter atuam enquanto distribuidoras de conteúdos, sejam de cunho informativo (atualidades), educativos (aprendizados), de entretenimento (games, memes, gifs, humor, diversão, dentre outros) e acabam ajudando a constituir o próprio ecossistema escolar (RODRIGUES, COSTA, NARDES, 2021, p. 63-64).

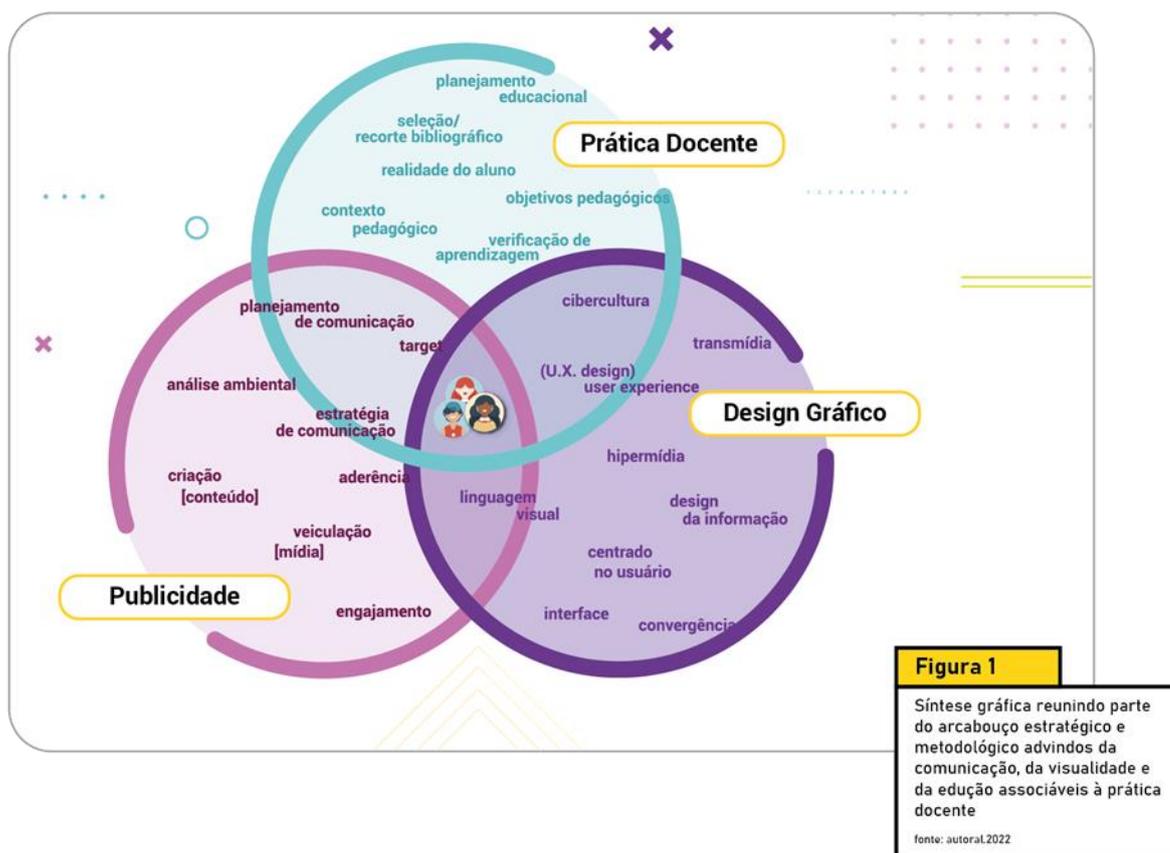
A relevância dos conteúdos simbólicos que afetam os estudantes é destacada pelos docentes ouvidos na referida pesquisa e, portanto, a aproximação com a linguagem desses meios é de suma importância para o engajamento dos estudantes com os conteúdos e os desafios apresentados nas aulas. Ao descrever a maneira como a cultura digital reverbera na prática docente, consideram que:

o vetor digital – seus conteúdos e linguagens – vem sendo compartilhado, repercutido, trabalhado e analisado na sala de aula. As diferentes plataformas propagam informações em todos os segmentos, elaborando uma nova cultura, um novo nicho de interesses e um repertório diferenciado. [...] Compreender a dinâmica dos recursos, das informações, dos assuntos veiculados para agregá-los ao andamento pedagógico tem sido uma das tarefas dos/as professores/as pesquisados/as e que revelam consciência – conquanto nem sempre possibilidade de promover mudanças no cotidiano das salas de aula – da extensão do desafio em andamento para o mundo da escola (RODRIGUES, COSTA, NARDES, 2021, p. 69-70).

Mais do que a compreensão, a proposta que se apresenta é a da apropriação de tais linguagens e do ferramental estratégico e metodológico desses campos para o fazer docente. Tal proposta se justifica uma vez que a prática pedagógica, ao que tudo indica, seguirá tendo o ambiente digital como lugar de ensino e aprendizagem. Assim, a apropriação e uso das linguagens típicas da publicidade, bem como das metodologias do design, permitirá que professores e professoras se apoderem do potencial de ampliar a “aderência” ao seu conteúdo.

Malcolm Gladwell popularizou no discurso do marketing o termo “aderência” descrevendo-o como os aspectos que provocam forte engajamento do público e o motiva a compartilhar o que foi visto com o maior número de pessoas possível. Para o autor, “há um modo simples de embalar a informação que, nas circunstâncias certas, pode torná-la irresistível.” (2009, p.132).

Aposta-se, portanto, uma transposição teórica e metodológica das áreas em questão, considerando aquilo que é sabidamente eficiente em termos de comunicação pode ser aplicado na área da Educação, depois de alguns ajustes e aproximações. Se a disputa no campo do simbólico se dá pelas regras da cultura digital, nada mais justo que os docentes tenham acesso àquilo que já está estruturado como método e processo, em Comunicação - especificamente em Publicidade e Propaganda, por esta ser uma área que objetiva envolvimento, emoção e mudança nos destinatários das mensagens. Tal arcabouço estratégico e metodológico advindo da comunicação e da visualidade, em uma análise panorâmica, poderia ser sintetizada como esquematizado abaixo, na figura 1.



Linguagem publicitária como ferramenta para a comunicação educacional

Ensinar requer adequação de linguagens para que a comunicação e, por consequência, a aprendizagem aconteça. O mesmo ocorre quando da comunicação publicitária ou dos projetos de design: o objetivo é afetar e motivar comportamentos em prol de um objetivo. Portanto, convém investigar o que a teoria da publicidade, em especial os conhecimentos acerca do planejamento de propaganda, podem contribuir para orientar a transição do processo educacional para o ambiente on-line.

Um dos autores clássicos da área da Publicidade e Propaganda, Armando Sant’Anna (2001) considera que a propaganda faça parte de um panorama geral da comunicação e esteja em constante envolvimento com fenômenos paralelos, de onde colhe subsídios. O termo comunicação, envolve, para ele, “uma esfera mais ampla, margeando o absoluto. Mas antes de tudo, serve para conduzir a informação” (SANT’ANNA, 2001, p. 01). Assim, comunicação seria o processo de transmitir ideias entre indivíduos, de maneira “pública, rápida e transitória” num processo organizado,

pois “o comunicador trabalha dentro de uma complexa organização, que inclui uma extensa divisão de trabalho e um grau de despesas correspondente” (2001, p.2).

Sant’Anna destaca a necessidade de fomentar, planejar, animar e criar uma campanha de publicidade. Para tanto, seria necessário conseguir mobilizar, persuadir e orientar um público determinado por meio do estabelecimento em primeiro lugar, da forma como iremos orientar a operação. Ao apresentar a área de planejamento de propaganda, a que especialmente interessa a esta discussão, ele considera que

O objetivo global do planejamento é proporcionar soluções práticas baseadas nos fatos para problemas específicos de marketing e propaganda. A análise síntese e interpretação de dados reunidos pela pesquisa são componentes essenciais das responsabilidades do planejador (SANT’ANNA, 2001, p.101).

Nesse sentido, o planejamento de comunicação é o elemento administrativo indispensável ao desenvolvimento, execução, coordenação e controle da estratégia, que deverá marcar um sucesso do esforço publicitário. São indicados como elementos de pesquisa o contexto ambiental (entendido como os elementos de macroambiente) e o público-alvo a fim de orientar a estruturação adequada e exequível de objetivos comunicacionais. Após essa etapa, parte-se para a definição da estratégia criativa (que inclui linguagem e tom de voz das mensagens) e as decisões relacionadas à veículos e mídias.

Outra visão sobre a área do planejamento de propaganda é a de Rainey (2006, p.07) que considera que o planejamento de propaganda seja uma “uma invenção caracteristicamente britânica” pelo fato de criar nas agências britânicas uma cultura de eficácia, que não briga com a inovação e a criatividade na propaganda - na verdade, depende de ambas.

Ao explicar justificar a importância do planejamento, a autora percorre uma breve trajetória histórica e descreve que nos anos 1960 teóricos e praticantes da propaganda começaram a rejeitar, com muita veemência, o conceito do consumidor passivo e a ideia de que a propaganda afetaria as pessoas. Eles teriam trocado tal ideia pelo conceito de um consumidor atuante, complexo e essencialmente desinteressado, que faz coisas com a propaganda (RAINEY, 2006, p.09, grifos da autora).

A “singularidade” teria sido acrescentada à ideia de “pertinência” por ser uma dimensão de como a publicidade funciona é uma condição necessária para a sua

eficácia. Isso fez com que se admitisse a existência de um relacionamento de mão dupla entre o consumidor e anunciante e, ao mesmo tempo, passou a ser uma exigência para a criatividade na propaganda.

A grande inovação do planejamento, nesse contexto, é apresentada a partir da ideia de institucionalizar a “objetividade” na estrutura da atividade publicitária, trazendo a informação de pesquisas para o processo de elaboração da propaganda (RAINEY, 2006, p.10).

A profunda diferença que o planejamento trouxe para o processo foi o fato de ser um método orientado pelo consumidor, uma vez que, por definição, os anúncios são concebidos total inevitavelmente, para influenciar o comportamento de consumo do público, seria perdoável pensar que não tenha sido isso uma mudança tão inovadora assim. No entanto, surpreendentemente, ela foi e ainda é para muitos setores do mundo da propaganda, uma filosofia revolucionária e polêmica. (RAINEY, 2006, p.13)

Assim como em Sant’Anna (2001) a ideia de planejar a comunicação publicitária envolve pesquisa, objetivo, estratégia e método. A mesma perspectiva é encontrada em Butterfield (2006) que procura descrever as estratégias de propaganda partindo da premissa de que os objetivos definem claramente o papel que a propaganda exercerá no contexto geral de comunicação da marca. Ele explica: “a diferença entre objetivos e estratégias é a seguinte: o objetivo é a meta, o alvo, o resultado final que se quer atingir. Estratégia é um meio pelo qual se pretende atingir a meta, o resultado final” (BUTTERFIELD, 2006, p.42). E o método seria o “como” executar tais estratégias a fim de alcançar os objetivos.

O foco no consumidor é apresentado por Jon Steel (2006, p. 14) como uma das três perspectivas que a publicidade deveria considerar “a perspectiva comercial do cliente [anunciante], a perspectiva criativa da agência e, finalmente, mas não menos importante, as opiniões e valores das pessoas para quem a publicidade é dirigida”. Para ele, a publicidade seria um meio de atingir um fim desejado - uma pessoa pensando ou se comportando de maneira diferente.

As etapas de criação e produção deveriam, para o autor, envolver os consumidores de duas formas distintas: a primeira quando do desenvolvimento da comunicação e a segunda, quando da comunicação propriamente dita. Em seus termos: “a publicidade funciona melhor quando não diz às pessoas o que pensar, mas permite que elas tirem suas próprias conclusões sobre o significado. Elas participam concluindo por si mesmas” (STEEL, 2006, p. 15). A publicidade, para ele, deve ser

feita como uma comunicação bilateral, desenhada para gerar relações e interação com o seu público-alvo.

Aqui faz-se importante o paralelo com o campo do design. As premissas atribuídas por diversos autores ao planejamento de comunicação são lidas dentro do design como parte de uma fase comum a diversas metodologias projetuais: a problematização. Assim como no planejamento de comunicação, o design parte da compreensão do objetivo a ser alcançado por aquele projeto, analisado dentro do contexto no qual o processo de interação se dará. Para publicidade temos o consumidor, para o design esse agente do processo é conhecido como usuário, a partir de quem todas as definições são construídas, fazendo coro com o pensamento de Steel que entende a comunicação como um processo fluído, fincado nas relações e nas experiências por ela geradas.

Propondo então, uma aproximação entre o planejamento publicitário, a fase de problematização do processo projetual do design e o planejamento das disciplinas, percebe-se que no que se refere ao terceiro, é natural que haja uma preocupação, por meio dos docentes, com relação ao objetivo pedagógico, às estratégias e as metodologias. Outro ponto fundamental é a compreensão de “para quem” aquela disciplina (ou conteúdo) se destina.

Conhecer quem será estudante daquela turma é uma das etapas da mediação pedagógica, uma vez que a compreensão de suas realidades sociais, familiares e profissionais permite adequar os conteúdos, as leituras exigidas e o processo de avaliação de maneira mais proveitosa para que a aprendizagem aconteça.

Em se tratando de estudantes nascidos entre 1996 e 2010, os chamados *Centennials* – ou Geração Z – estudos geracionais (PRUETT, 2018; SIQUEIRA, 2017) indicam que haja certas peculiaridades no processo de aprendizagem deste grupo. Tais estudantes, que nasceram após a popularização da Internet, consomem informação principalmente via smartphones e têm preferência por conteúdos em vídeo (curtos), fotos e jogos, afinal, não percebem distinção entre o que é a vida *on* e *off-line*.

De acordo com Siqueira (2017), a aprendizagem se dá de múltiplas maneiras, são multifocais e convergem em diferentes plataformas, por isso, preferem conteúdos visuais a escritos, onde podem ajustar a velocidade e a profundidade de “consumo” de acordo com o momento. Além disso, destaca o autor, os *Centennials* possuem raciocínio não-linear e são, em seus termos, autodidatas na medida em que, por

serem mais independentes, buscam por si mesmos informações que não conhecem na internet – geralmente em plataformas como Youtube e, mais recentemente TikTok (GOULART, 2020).

Preocupações acerca do processo de ensino e aprendizagem são descritas por Masetto (2000), ao refletir sobre mediação pedagógica e o uso da tecnologia. A premissa era a de que o aprendiz fosse “o centro do processo e em função dele e de seu desenvolvimento é que precisará definir e planejar as ações. Esta concepção de aprendizagem há que ser vivida e praticada” (MASETTO, 2000, p.168). Quando Masetto (2000) questiona se seriam as palavras, expressões e linguagem os agentes mediadores no processo de ensino-aprendizagem mediado pelas novas tecnologias lhe escapam as estratégias e peculiaridades que o formato de interação mediada on-line propiciou, bem como a importância basilar do planejamento de comunicação para o processo de ensino-aprendizagem nesses ambientes.

Talvez a realidade da pandemia COVID-19 tenha sido diferente do previsto, necessitando de muito mais técnica e estratégia de comunicação e design para a efetividade e o aproveitamento das aulas naquela situação, mas o que as vivências pedagógicas do período deixaram evidentes é que há uma convergência importante entre o planejamento pedagógico e o planejamento comunicacional.

É importante que os estudantes se mantenham interessados e motivados a permanecer naquele ambiente e naquelas interações para que haja a aprendizagem. Por outro lado, a não presencialidade favorece o distanciamento, a não-presença e a distração. Então, criar conteúdos relevantes, adequar linguagens, preparar visualmente os materiais, adequar tempos e ritmos de aula são fatores primordiais para prender a atenção, aumentar a interação e o vínculo dos alunos com as aulas e as matérias discutidas. Não se trata apenas de preocupações estéticas (muito embora se entenda que a estética é muito relevante), mas de estratégias para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos.

Se num primeiro momento a mediação da aprendizagem requeria competências e habilidades dos docentes para a realidade de sala de aula, agora, num contexto em que outra mediação aparece, há a necessidade de domínio de novas habilidades e técnicas, típicas do novo ambiente possível para que as aulas aconteçam.

A metodologia para aulas em ambiente digital

Entendendo, portanto, que haja uma articulação na natureza dos processos educacionais e comunicacionais e que ambos objetivam mudanças nos seus receptores, propõe-se, a partir de metodologias da área do Design, transpor os processos de planejamentos de comunicação publicitária em seus pontos mais significativos.

Em marketing e em publicidade a área de planejamento é a de criatividade estratégica. Para mobilizar, persuadir e orientar um público é preciso estabelecer a estratégia de abordagem, tipo e frequência de impacto das ações que podem ter resultados favoráveis. É preciso compreender os mercados, os públicos e, especialmente, as mudanças sociais. É preciso conhecer o público, saber onde e como apresentar soluções para o *job*¹.

O ponto inicial é entender profundamente qual o problema de comunicação do anunciante, no caso da comunicação educacional, tal problema seria o objetivo da aula, o conteúdo central, aquilo que é o nuclear do conteúdo a ser ministrado. Ao se pensar no contexto do design, essa compreensão do objetivo da aula é, em paralelo, o escopo do projeto a ser criado. Para melhor identificar esse problema de comunicação - objetivo de aula - escopo de projeto, é preciso debruçar-se sobre diversas questões. Recorrendo se ao que Zeca Martins (2010, p. 46) elenca como questionamentos que orientam o planejamento publicitário temos, entre outras:

Aonde queremos ir? Onde estaremos em determinado momento? Qual é a nossa estratégia de comunicação? Quem é o nosso target? Quais as faces socioeconômicas e culturais do nosso target? O que ele espera da categoria em que o nosso produto se enquadra? Que imagem ele tem do nosso produto? Seus hábitos de consumo dependem mais de sua renda pessoal ou de seu comportamento? Qual é o seu padrão estético? Que linguagem melhor se adapta à sua realidade? Que mensagem fundamental vamos levar até ele? E através de quais meios de comunicação? Por qual período de tempo? Que atividades serão desenvolvidas a cada momento? Como vamos checar a eficiência da nossa comunicação? (MARTINS, 2010, p. 46-47)

A partir dessas perguntas orientadoras temos, mais uma vez os pilares do planejamento de propaganda: pesquisa (análise de mercado), objetivo (aonde

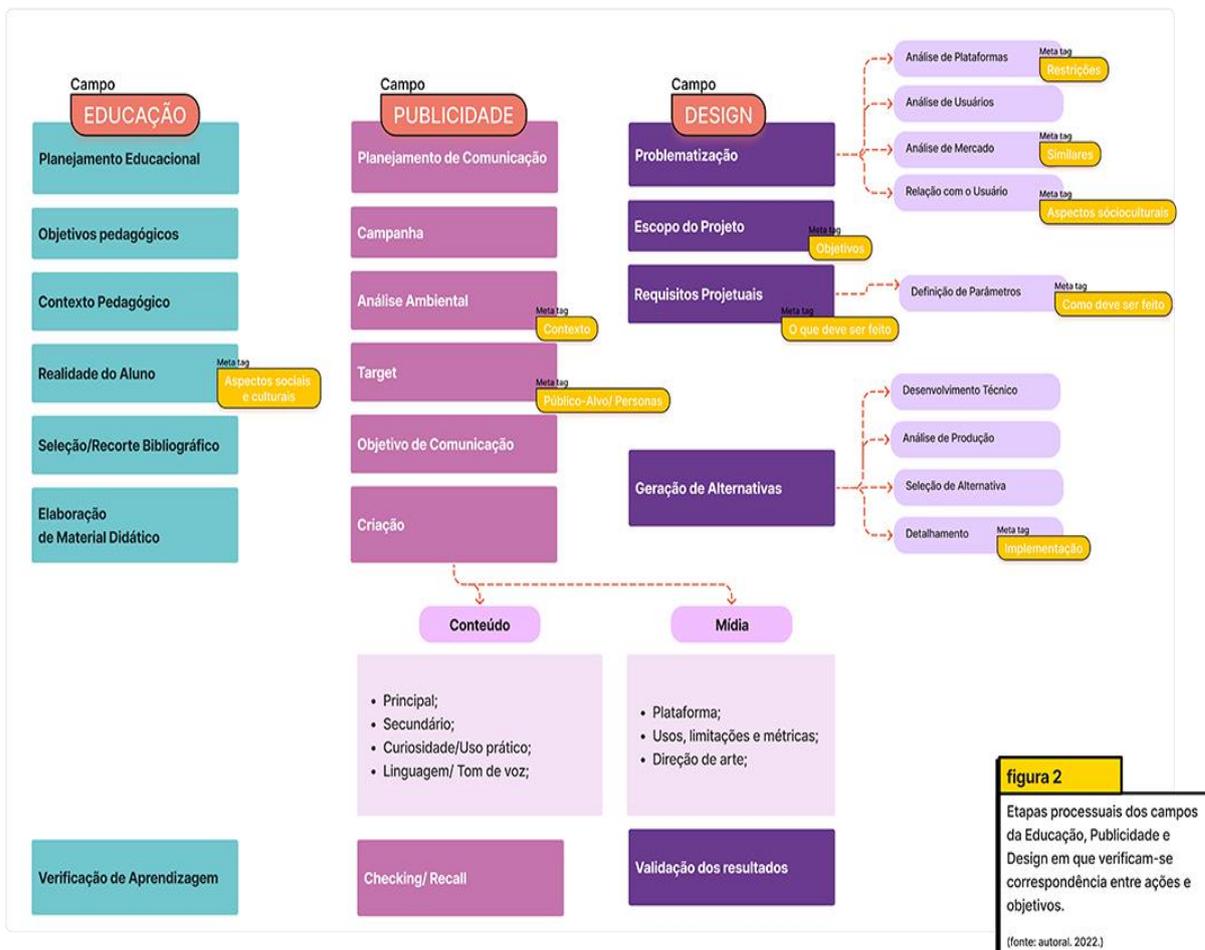
¹ Termo do inglês que significa “trabalho”. No jargão publicitário, fala-se “job” para as demandas de trabalho em agência ou produtora.

queremos chegar), estratégia (quais meios mais adequados), método (quais atividades a cada momento) e conhecimento do receptor (quem é nosso target). E, no contexto aqui proposto, serão acrescentados de questões relativas ao artefato a ser gerado, sua visualidade e as possibilidades ofertadas pelas diferentes plataformas disponíveis e que se alinham com as necessidades do estudante/usuário alvo do projeto.

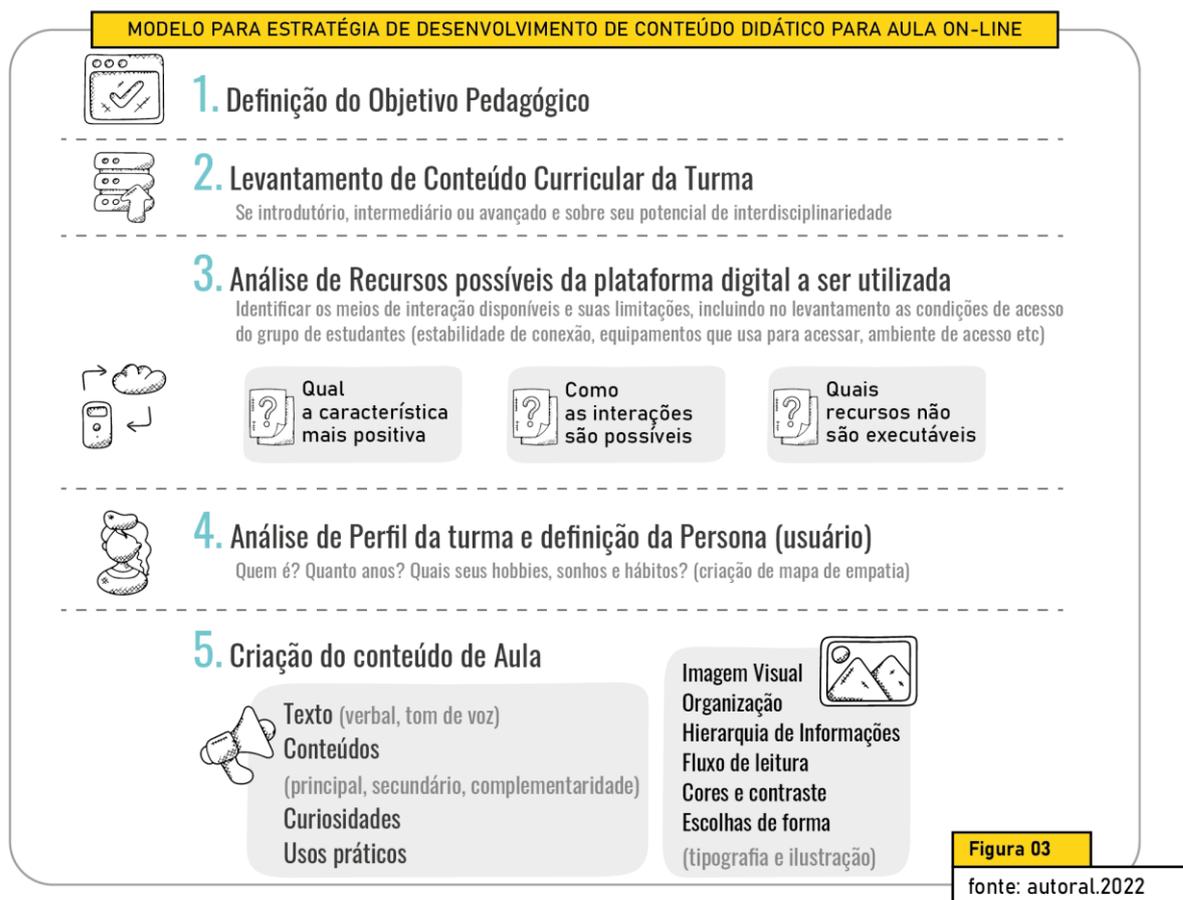
Ao compreender as complementaridades que os campos da comunicação e do design têm a oferecer na construção de um ambiente de ensino-aprendizagem mais interativo, que gere mais engajamento e aderência dos receptores é possível caminhar na direção de um processo cada vez mais interativo, ampliando as possibilidades de autonomia do estudante. Colocando o estudante no centro da construção do fazer docente, incorporando o imaginário que o cerca e se apropriando da visão de mundo e entendendo como ele constrói vínculos simbólicos e estéticos, é possível também se apropriar das dinâmicas das redes, podendo inclusive, aumentar o alcance dos conteúdos trabalhados, mantendo a discussão em torno deles numa constante construção.

Embora pareçam matrizes processuais e epistemológicas distantes, é possível traçar paralelismos entre design, comunicação e educação, de maneira a orientar e otimizar o planejamento da ação docente. São nomenclaturas próprias de cada área com características em comum (figura 2, a seguir) que, se entendidas em perspectivas e de forma a serem hibridizadas, podem transitar entre um campo e outro de maneira muito fluida.

Comunicação e Mídias: Tecnologias na Atualidade



Após o planejamento da ação, parte-se para a etapa criativa: conteúdo das mensagens e proposta visual. Enquanto a comunicação apoia a construção do discurso, o design sustenta as decisões sobre a forma e a adequação dos objetivos ao potencial da plataforma a ser adotada. Mas para além do resultado visual, a percepção dos processos e a compreensão das etapas é o ponto chave da proposta aqui apresentada, ilustrada em formato esquemático na figura 3 (a seguir).



CONSIDERAÇÕES

A partir de uma experiência que propõe abordar o fazer pedagógico de forma híbrida, considerando campos de estudo distintos como aliados, construímos a hipótese de que, ao adaptar sua performance em ambientes digitais ao ethos já estabelecido no ambiente cibernético, o processo de ensino-aprendizagem pode ser potencializado. O ambiente digital já é um locus muito real e costumeiro para o estudante, ficando cada vez mais claro que o tempo em que se identificam claramente os limites entre o on-line e o off-line está ficando para trás. Tudo indica que adaptar as estratégias para compreender as construções ocorridas no ambiente cibernético e assim associá-los aos objetivos pedagógicos e toda a sua fundamentação, será a abordagem mais eficiente.

Um planejamento de comunicação educacional, que considere o aluno no centro do processo como o design propõe (design centrado no usuário) seria portanto, um dos elementos orientadores da ação docente, transpondo as teorias de planejamento publicitário e de metodologia projetual para o campo do design,

podendo inclusive equiparar as forças de disputa pela atenção dos alunos em ambientes digitais.

REFERÊNCIAS

BUTTERFIELD, Leslie. Estratégias de Propaganda. In. COOPER, Alan (org). **Como planejar a propaganda**. São Paulo: Talento: GP- Grupo de Planejamento, 2006.

CITELLI, Adilson (Org)., ed. *Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2021, 229 p. Comunicação e educação series, vol. 7. ISBN: 978-65-8621-337-9. <https://doi.org/10.7476/9786586213379>.

GLADWELL, Malcolm. **O ponto da virada**. Rio de Janeiro, Sextante, 2009.

GOULART, Josette. **TikTok**: o fenômeno do aplicativo em 2020 de tantos cliques. Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, edição 2719 de 30 de dezembro de 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph. 2014.

MARTINS, Zeca. **Propaganda: é isso aí!** Um guia para novos anunciantes e futuros publicitários. São Paulo: Saraiva, 2010.

MASETTO, Marcos. Mediação Pedagógica e o uso da Tecnologia. In: MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda Aparecida Behrens. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus. 2000.

PRUETT, Michelle. **Gen Z's Favorite Social Networks**: YouTube, Instagram, Snapchat. Criteo. 2018. Disponível em: <https://www.criteo.com/insights/gen-z-social-media/>. Acesso em 14/04/2022.

RAINEY, M. T. O contexto do planejamento. In: COOPER, Alan (org). **Como planejar a propaganda**. São Paulo: Talento: GP- Grupo de Planejamento, 2006.

RODRIGUES, Elizangela; COSTA, Suéller; NARDES, Wellington. **Percepções dos educadores sobre os dispositivos comunicacionais**. In. CITELLI, Adilson (Org)., ed. *Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2021, 229 p. Comunicação e educação series, vol. 7. ISBN: 978-65-8621-337-9. <https://doi.org/10.7476/9786586213379>.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001

SIQUEIRA, N. **Os três maiores desafios de ensinar para as gerações Z e alpha**. MLearn (2017). Disponível em: <http://mlearn.com.br/os-tres-maiores-desafios-de-ensinar-para-asgeracoes-z-e-alpha/>.

STEEL, Jon. **A arte do planejamento**: verdades, mentiras e propaganda. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



Capítulo 4
RACISMO ALGORÍTMICO E AS
MICROAGRESSÕES QUE PODEM SER
GERADAS NOS USUÁRIOS DAS
PLATAFORMAS DIGITAIS
Jessica Matos do Espírito Santo
Gabriela Troyano Bortoloto

RACISMO ALGORÍTMICO E AS MICROAGRESSÕES QUE PODEM SER GERADAS NOS USUÁRIOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Jessica Matos do Espirito Santo

Especialista em Digital Business, ESALQ – USP, e-mail:

jessicam_espíritosantos@hotmail.com

Gabriela Troyano Bortoloto

Doutoranda em Administração, FEA – USP, e-mail: troyano@usp.br

RESUMO

Sistemas algorítmicos podem ser definidos, sucintamente, como um conjunto de instruções ou regras para solucionar determinado problema ou realizar uma tarefa específica, sendo que para isso esses sistemas devem estar em contato com uma estrutura de dados. Porém, se esses dados são tendenciosos ou intencionalmente distorcidos, os algoritmos terão sua operação enviesada por fundamentos que muitas vezes podem reforçar e/ou amplificar situações de racismo, sexismo e discriminação. Diante dessa problemática este trabalho buscou expor como as plataformas digitais, aplicativos e sites de buscas podem fomentar o racismo algorítmico e quais implicações deste nos usuários. Para atingir este objetivo foi adotado metodologia de caráter quantitativo – descritivo e elaborado um questionário com perguntas de múltiplas escolhas para coletar a percepção dos usuários frente as microagressões raciais, que podem ser definidas como ofensas verbais, comportamentais e ambientais comuns, sejam intencionais ou não intencionais, que comunicam desrespeito e insultos hostis, depreciativos ou negativos contra pessoas negras. A pesquisa teve a participação de 295 respondentes e as microagressões raciais percebidas com mais frequência pelos usuários no ambiente digital estão relacionadas a temas como sub representatividade da população negra nos bancos de imagens e e-commerce, inviabilização da estética negra na construção de filtros para redes sociais, objetificação e hipersexualização de corpos negros em repositório de imagens e sites de busca. Os resultados obtidos reforçam a não neutralidade da tecnologia e a necessidade de estar vigilante sobre as opressões algorítmicas sutis que podem se desdobrar em microagressões.

Palavras-chave: Tecnologia. Sociedade. Algoritmo. Raça. Discriminação.

ABSTRACT

Algorithmic systems can be defined, briefly, as a set of instructions or rules to solve a given problem or perform a specific task, and for that these systems must be in contact with a data structure. However, if this data is biased or intentionally distorted, the algorithms will have their operation biased by fundamentals that can often reinforce and/or amplify situations of racism, sexism and discrimination. Have said that, this work sought to show how digital platforms, applications and search engines often foster algorithmic racism and its implications for users. In order to achieve the objective, a quantitative-descriptive methodology was chosen and a survey with multiple-choice questions was developed to collect users' perception of racial microaggressions, which can be defined as offenses, whether verbal, behavioral, environmental, intentional or unintentional, and communicate disrespect, hostile and derogatory insults against people of color. In total, 295 people took part in the survey and the racial microaggressions most frequently perceived by users in the digital environment are related to topics such as underrepresentation of black population in image banks and e-commerce, black aesthetics unfeasibility in filters development for social networks, objectification and hyper-sexualization of black bodies in image repositories and search engines. The results obtained reinforce the non-neutrality of technology and the need to be aware about the subtle algorithmic oppressions that can unfold in microaggressions.

Keywords: Technology. Society. Algorithm. Race. Discrimination

INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido marcados por diversas mobilizações sociais e levantes populares ao redor mundo, fazendo com que o debate sobre raça, gênero e orientação sexual estejam cada vez mais efervescentes. Em concomitância, o contínuo avanço tecnológico da inteligência artificial tem fomentado discussões importantes sobre seus mecanismos de produção e suas influências sobre os comportamentos humanos.

Nesse contexto, os algoritmos de inteligência artificial têm notório destaque, tendo em vista que os mesmos estão presentes nas mais variadas esferas do cotidiano humano, desde recomendações de conteúdos nas mídias sociais ao processamento de linguagem natural e reconhecimento facial. Sendo assim, de acordo com Datta e Tschantz (2015), se faz importante entender de que forma os algoritmos e demais aparatos tecnológicos podem ser discriminatórios e reproduzir associações estereotipadas e nocivas a respeito de gênero e raça.

Sistemas algorítmicos podem ser definidos, sucintamente, como um conjunto de instruções ou regras para solucionar determinado problema ou realizar uma tarefa específica (Silveira e Silva, 2020). Para que os algoritmos executem as ações programadas, eles dependem de constante alimentação e consulta às bases de dados mantidas por seres humanos, sejam eles programadores, cientistas da computação, engenheiros, analistas, dentre outros.

Uma vez que é necessária a utilização desses dados, os algoritmos podem ficar suscetíveis a vieses e opiniões pessoais dos seus desenvolvedores e das pessoas representadas nas bases de dados. Casos em que pessoas e/ou organizações desenvolveram critérios para tomar decisões de forma discriminatórias são, infelizmente, comuns. Segundo Chung (2021), sistemas algorítmicos não corrigem automaticamente os vieses humanos discriminatórios de modo que irão replicar e exacerbar em um ambiente altamente conectado como a internet as desigualdades do mundo *offline* no *online*. A partir desse contexto, surge um novo termo: racismo algorítmico.

Racismo estrutural é o termo usado para reforçar o fato de que existem sociedades estruturadas com base na discriminação que privilegia algumas raças em detrimento das outras. Dessa forma, define-se racismo algorítmico como a reprodução de estruturas racistas através dos algoritmos utilizados nas tecnologias. Isso pode acontecer quando os dados de entradas dos sistemas algorítmicos são tendenciosos ou não representativos como por exemplo nos casos de aplicativos voltados para atribuição de cuidados médicos que tem seus dados concentrados em pacientes brancos fazendo com que esses sistemas tenham resultados e previsões inadequados quando forem utilizados por usuários negros. O mesmo pode acontecer nos programas de reconhecimento facial, análises de score de crédito e risco financeiros. (Chung, 2021).

Nos meios digitais tem-se um desafio quanto à materialidade dos modos pelos quais o racismo se revela, para além das manifestações explícitas de mensagens discriminatórias nas mídias sociais, visto que o mesmo pode se manifestar através de processos “invisíveis” nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens (Silva, 2019). Sendo importante relacionar os vieses discriminatórios nos algoritmos ao conceito de microagressões raciais como forma de conscientizar as pessoas frente ao racismo estrutural, tendo em vista que esse se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes

culminando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2018).

O conceito de Microagressões foi inicialmente definido década de 1970, por Chester Pierce, um psiquiatra, médico e acadêmico afro-americano. Segundo Pierce (1995), vítimas de racismo e sexismo sofrem um estresse implacável causado pela constante opressão e discriminação, distribuídas tanto individualmente como coletivamente. Sue (2010) define microagressões raciais como ofensas verbais, comportamentais e ambientais comuns, sejam intencionais ou não intencionais, que comunicam desrespeito e insultos hostis, depreciativos ou negativos contra pessoas negras.

O uso do termo “micro” não se refere necessariamente ao grau de perversidade, mas o fato que a agressão incide em um nível individual e/ou local, ou mesmo em situações “privadas” ou limitadas, que permitem certo grau de anonimato por parte do agressor ou ainda permitem evasão, através de disputa sobre intencionalidade ou modalidade (Silva, 2019).

As microagressões podem ser classificadas em três categorias: Microinsultos, mensagens que conotam rudeza e desonram a herança racial do indivíduo, Microinvalidações, mensagens que rejeitam, excluem ou nulificam as realidades e reflexões, e Microataques, mensagens caracterizadas por um ataque violento verbal ou não-verbal, bem como comportamento de evitação ou ações discriminatórias propositais (Sue, 2010).

Este trabalho tem como objetivo identificar como as plataformas digitais, aplicativos e sites de buscas podem fomentar o racismo algorítmico através da percepção de pessoas negras. Isso se torna importante, porque, além do já exposto, a internet se tornou um dos espaços de maior presença da população brasileira nas últimas décadas. De acordo com uma pesquisa da TIC Domicílios (2019), cerca de 130 milhões de pessoas têm acesso à rede no Brasil. Dessa forma, refletir sobre a forma e os objetivos para quais os ambientes digitais, tais como plataformas, redes sociais, aplicativos, são construídos é essencial para o alinhamento entre a tecnologia e sociedade

Texto justificado. Margens: superior e esquerda 3cm, inferior e direita 2cm. Recuo da primeira linha 1,25cm, contendo as principais ideias que norteiam o texto do artigo, objetivos, fase da pesquisa, procedimentos metodológicos, quando for o caso, etc.

METODOLOGIA

A partir do objetivo de pesquisa proposto, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, com a coleta de dados através de questionários online (survey). O formulário construído teve como referência escalas de microagressões raciais presentes na literatura, tais como Escala de Racismo Online Percebido (Keum e Miller, 2017), Escala de Microagressões Raciais de Gênero (Lewis e Neville, 2015) e Escala de Microagressões Raciais (Torres-Harding et al., 2012). O formulário conteve 16 (dezesesseis) perguntas de múltipla escolha, em que 6 (seis) delas buscaram abarcar experiências relacionadas a Microinsultos, 6 (seis) abordaram temas referente a Microinvalidações e 4 (quatro) descreviam situações pertinentes a Microataques.

A razão pelo qual adotou-se essa proporção entre os tipos de microagressões na pesquisa é que atualmente grande parte dos estudos, reportagens, exemplos e discussões sobre racismo no ambiente digital tratam do racismo explícito através de textos, imagens e/ou vídeos, o que muito se aproxima do conceito de Microataque, em contrapartida, as discussões na literatura direcionada às formas sutis de preconceito racial e de gênero são raras. Logo, buscou-se propor mais questionamentos sobre situações associadas a Microinsultos e Microinvalidações para coletar a maneira como indivíduos em diferentes contextos vivenciam expressões ambíguas e nebulosas do racismo, que em muitos casos é mais difícil de serem identificadas e reconhecidas.

No instrumento de pesquisa, os respondentes avaliaram tanto a percepção frente as microagressões raciais possíveis de serem experimentadas no ambiente digital quanto a frequência em que elas ocorrem em uma escala do tipo Likert de quatro pontos tendo as seguintes classificações: nunca, pouco/raramente, ocasionalmente e frequentemente. As perguntas do questionário buscaram englobar situações racistas relacionadas aos tipos de microagressões, Microinsultos, Microinvalidações e Microataques, de modo a permitir uma avaliação mais detalhada de como os aplicativos, sites de buscas e plataforma digitais podem reforçar estereótipos e crenças racistas.

Previamente a ser disponibilizado o formulário para coleta ampla de dados foi realizada a etapa de pré-teste, em que 10 (dez) pessoas foram consultadas com foco em verificar se as perguntas estavam claras e concisas, de modo a evitar falha na

obtenção das informações. A escolha das pessoas para o pré-teste foi feita de modo a ter um grupo diversificado em relação a gênero, idade e, principalmente, ramo de atuação, tendo respondentes dos campos da comunicação, educação, bens de consumo e ciências sociais, tendo assim variadas reflexões acerca das perguntas elaboradas.

Uma vez realizada as adequações pontuadas na etapa de pré-teste, o formulário Google Forms foi divulgado nas mídias sociais próprias, como Whatsapp e Instagram. Bem como, em grupos públicos de facebook voltados a pesquisas. Vale destacar que apesar do público de interesse dessa pesquisa ser negros e negras, o formulário permitiu que pessoas que se autodeclararam como pardas, indígenas, amarelas e brancas respondessem, uma vez que as percepções desses grupos podem trazer insumos importantes para futuras pesquisas. Dessa forma, foi obtido respostas de 295 pessoas, sendo classificada como por conveniência.

Os dados foram exportados da plataforma de coleta e submetidos ao software Excel. Na próxima seção são apresentados os principais resultados e discussões originados a partir da pesquisa. (12) e espaçamento 1,5 em todo o texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da presente pesquisa foram avaliados com base em 295 respondentes e os resultados obtidos foram estratificados em gênero, raça e idade, visto que a intersecção entre essas dimensões determina a forma como o racismo, muitas vezes, é vivenciado e percebido pelos indivíduos, conforme indica Akotirene (2018). Na Tabela 1 consta um resumo dos respondentes do formulário em relação a idade e raça. Em relação a raça teve-se que das respostas obtidas a maioria delas, 61%, foram de pessoas autodeclaradas como negras e no contexto gênero 68% dos respondentes foram mulheres.

Tabela 1. Resumo dos participantes da pesquisa por gênero e raça

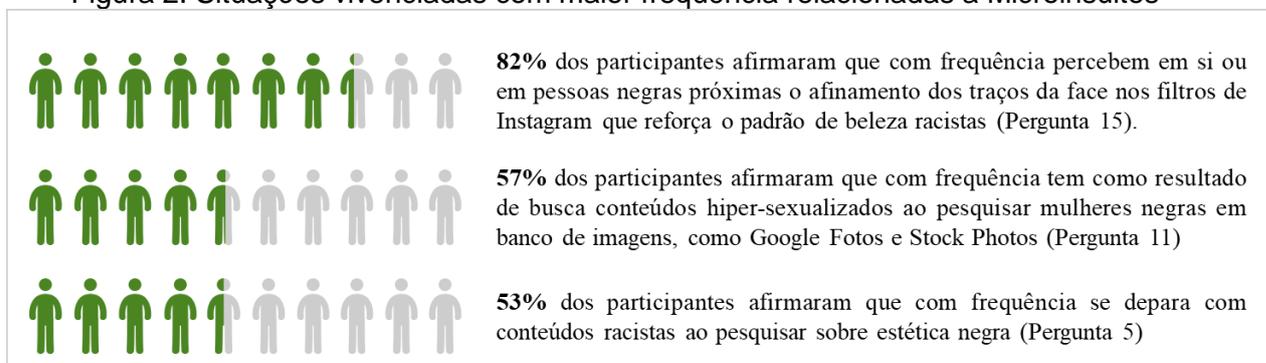
Gênero	Preto	Pardo	Indígena	Branco	Amarelo
Mulher	44%	15%	0%	9%	0%
Homem	16%	9%	0%	6%	0%
Prefiro não informar	0%	0%	0%	0%	0%
Outro(a)	1%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Resultados originais da pesquisa (2022)

A faixa de etária dos respondentes foi de 17 a 67 anos com idade média de 30 anos. Esse intervalo de idades se assemelha com os encontrados nas pesquisas similares sobre escalas de microagressões raciais, tais como Escala de Racismo Online Percebido (Keum e Miller, 2017), em que os participantes tinham idades entre 18 e 66 anos (Média= 33,88), Escala de Microagressões Raciais de Gênero (Lewis e Neville, 2015), cujo a amostra foi realizada com indivíduos da faixa etária entre 18 - 77 anos (Média =39,27), e Escala de Microagressões Raciais (Torres-Harding et al., 2012), participantes com idades entre 18 e 76 anos (Média =26,70).

Foram analisadas as perguntas que relataram experiências de microagressões em que mais da metade dos participantes autodeclarados como negros sinalizaram que vivenciam de maneira frequente. Relacionando os resultados obtidos com discussões presentes na literatura acerca do racismo no ambiente digital de modo a expor o impacto dessas situações na vida dos usuários das plataformas digitais, aplicativos e redes sociais. Na Figura 2 tem-se as perguntas que relatam situações pertinentes a Microinsultos em que a maioria dos participantes sinalizaram que vivenciam com frequência.

Figura 2. Situações vivenciadas com maior frequência relacionadas a Microinsultos



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2022)

Em bancos de imagens o racismo e/ou discriminação podem se expressar pelo tipo de imagens que são comumente atrelados a determinados temas e indivíduos como é exemplificado pela Pergunta 11 que aborda o fato de imagens de mulheres negras estar associadas a conteúdos hiper-sexualizados. A situação relatada nessa pergunta é um exemplo de Microinsulto que de maneira didática pode ser explicado como declarações ou ações que menosprezam a herança racial ou a identidade de uma pessoa (Sue, 2010).

Os processos de tagueamento de imagens existentes nos bancos de imagens associam o tema apresentado com palavras-chave oferecendo assim uma interpretação do conteúdo representado pelas imagens que podem reforçar estereótipos nocivos, narrativas desiguais e discriminatórias, bem como hiper-ritualizações de comportamentos culturalmente determinados (Goffman, 1979). É importante reforçar que as ferramentas de busca e bancos de imagens são uma forma de mídia que moldam os discursos, opiniões e percepções dos indivíduos sobre o mundo, sendo assim, os resultados que esses mecanismos produzem têm significado simbólico e concreto influenciando áreas civis como cultura e educação (Noble, 2018).

A Pergunta 5 que aborda o fato da estética negra frequentemente estar associada a conteúdos racistas em sites de busca, e a Pergunta 15 que trata dos filtros utilizados em redes sociais, como Instagram, que afinam os traços da face com o intuito de reforçar um padrão de beleza caucasiano, são também exemplos de Microinsultos dentro de temas como moda e beleza.

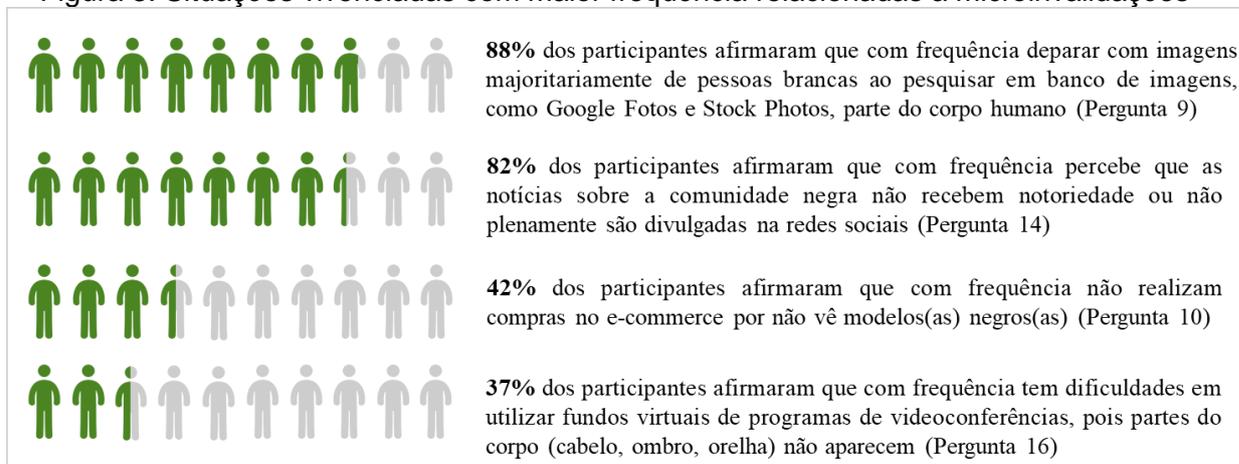
Os filtros são ferramentas que utilizam efeitos de câmera acoplados a recursos de tecnologia de realidade aumentada para modificar a imagem real, possibilitando que os usuários alterem a imagem do próprio rosto ao aplica-lo através da câmera frontal do seu dispositivo. Normalmente as plataformas utilizadas para desenvolvimento dos filtros utilizam algoritmos de leitura de imagem treinados a partir de uma base de dados com milhares de fotos visando oferecer uma galeria de modelos para que o desenvolvedor faça seu filtro (Guedes, 2021).

A problemática é que em muitos casos os bancos de dados são compostos em sua maioria por imagens de pessoas brancas, e quando há representação de pessoas negras são em imagens que reproduzem estereótipos racistas, como sinalizados pelos respondentes na Pergunta 5. E isso é devido ao fato que essa geração de dados é construída dentro de um contexto social específico, por sujeitos determinados e em muitos casos há uma carência em diversidade das pessoas responsáveis por tal construção, como aponta o levantamento feito pela Pretalab com a consultoria ThoughtWorks (2019) que expôs que a maioria das pessoas que trabalham com tecnologia no Brasil são os homens cis, héteros, brancos e de classes sociais média ou alta.

Na Figura 3 tem-se as perguntas que relatam situações pertinentes à Microinvalidações em que a maioria dos participantes sinalizaram que vivenciam com frequência. Esse tipo de microagressão podem ser exemplificadas por declarações e

comportamentos que negam ou anulam as experiências ou realidades da população negra (Nadal, 2014).

Figura 3. Situações vivenciadas com maior frequência relacionadas a microinvalidações



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2022)

A pergunta 9, que relata a sub-representação de pessoas negras em pesquisas simples sobre partes do corpo humano, é um exemplo nítido de Microinvalidação, tendo em vista que retrata a maneira como comunicações ou comportamentos tendem a excluir, negar ou mesmo anular as realidades raciais ou culturais dos indivíduos (Sue, 2010). De acordo com dados desta pesquisa, 88% das pessoas autodeclaradas negras afirmaram que com frequência deparam com imagens majoritariamente de pessoas brancas ao pesquisar em banco de imagens, como Google Fotos e Stock Photos, parte do corpo humano.

De acordo com Jurno (2021), os algoritmos de relevância pública, tais como os utilizados nos bancos de imagem, têm como função principal selecionar qual conteúdo deve ser considerado mais relevante para que seja apresentado de forma prioritária ao usuário em determinado contexto e estes resultados ajudam a definir os desenhos subjetivos da existência do que é ser, por exemplo, negro, ou ser mulher, de forma direta e, de maneira indireta, quais corpos estão associados a tópicos abstratos como gentileza, agressividade, beleza, pobreza, riqueza e sucesso profissional.

As perguntas 10, 14 e 16 também relatam situações que estão associadas a Microinvalidações, mais especificamente no contexto de negação de realidades raciais. No caso da Pergunta 10 que descreve a sub-representação de modelos negros nas lojas *online* ou *e-commerce* e como isso está associado ao ato da compra, percebe-se sua relação com uma pesquisa sobre marcas chamada Oldiversity

organizada pelo Grupo Croma em 2020, onde 53% dos participantes negros envolvidos no estudo também afirmaram que as propagandas não refletem a sua realidade.

A carência de diversidade nos anúncios digitais foi sinalizada no estudo encomendado em 2020 pelo Facebook à Ipsos em que a maioria (54%) dos consumidores entrevistados revelou que não se sente totalmente representado culturalmente na publicidade online. Bem como, a maior parte (71%) espera que as marcas promovam a diversidade e a inclusão na publicidade online.

Os dados expostos acima só reforçam o fato que as marcas, sejam elas nascidas no ambiente digital ou aquelas que migraram recentemente, precisam colocar a inclusão e diversidade em suas comunicações. Até porque de acordo uma análise de 1.207 estudos de “brand lift”, que são métricas que avaliam o impacto da comunicação no público-alvo, realizado pelo Facebook (2019) revela que em mais de 90% das simulações realizadas no estudo a representatividade diversificada das campanhas online foi a estratégia vencedora para aumentar o engajamento da campanha.

A pergunta 14 aborda o fato de comumente as notícias sobre a comunidade negra (conquistas, protestos, tragédias, etc.) não receberem notoriedade semelhante ao que acontece com as notícias de pessoas brancas contribui na compreensão da problemática de como os sistemas algorítmicos podem influenciar determinados debates na esfera para além do digital. Silva (2020) afirma existir uma opacidade algorítmica que decide a visibilidade e invisibilidade de temas, levando ativistas e pesquisadores a uma dificuldade maior de identificar causas e efeitos. Além disso grupos minorizados, a exemplo da população negra, se depara com esta incongruência na cobertura e citação dos temas em ampla escala, como as “trendings topics”, que os afetam, uma vez que devido a digitalização a maioria dos usuários se tornam plataforma para divulgação da informação nas redes sociais (Silva, 2021).

Em contrapartida, quando a população negra, principalmente o homem negro, é representada nas mídias sociais são de formas altamente problemáticas e estereotipadas influenciando a maneira como os indivíduos veem e tratam negros e negras no mundo *online* e *offline* (Dixon, 2012). Infelizmente ainda são raros estudos e pesquisas que detalham o retrato da população nas notícias online. Dentro desse contexto, em 2010 pesquisadores estadunidenses analisaram os 13 principais sites de notícias online avaliando a maneira como os negros e negras são representados

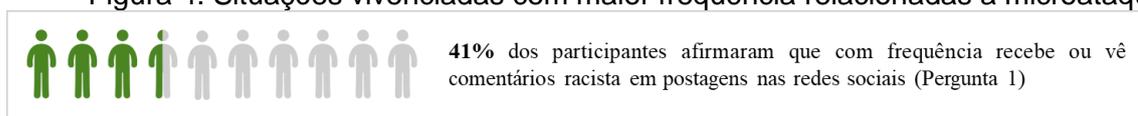
em vários níveis importantes: manchetes, imagens associadas a histórias, notícias importantes e populares. O resultado do estudo revela que os brancos são super-representados de maneira positiva, ocupando mais de 80% dos retratos enquanto negros estão associados a uma questão altamente estereotipada, a pobreza e/ou criminalidade (Dixon, 2012).

Por fim, para finalizar o bloco das perguntas associadas às situações de microinvalidações tem-se a pergunta 16 que relata a dificuldade de pessoas negras utilizarem fundos virtuais em provedores de videoconferência, pois partes do corpo (cabelo, ombro, orelha, etc.) não aparecem.

Devido a pandemia do COVID-19 a demanda por videoconferências para reuniões profissionais e/ou ensino aumentou de maneira exponencial. A reportagem realizada pelo CNN (2020) revela que o crescimento no uso do Google Meet, por exemplo, ultrapassou 60% por dia, nas últimas semanas de abril de 2020, já o Microsoft Teams, contabilizou 44 milhões de usuários diários em março do mesmo ano, e o Zoom, plataforma que ficou mundialmente conhecida nesse contexto de isolamento, foi de 10 milhões de usuários em dezembro de 2019 para mais de 200 milhões de usuários no ano seguinte. Logo, questionamentos tais como ao da pergunta 16 são pertinentes sendo mais um exemplo de como os aparatos e ferramentas tecnológicas são construídas sem reflexão acerca da pluralidade dos corpos negros.

Por fim, a última pergunta, exposta na Figura 4, cuja maioria dos respondentes afirmaram que vivenciam a situação com frequência, foi sobre receber ou ver comentários racistas em postagens nas redes sociais. Esse é, infelizmente, um caso clássico de Microataque racial em que normalmente o indivíduo o realiza de forma consciente e intencional que exemplifica como a internet tem servido de palco para o ódio às diferenças (Silva, 2020).

Figura 4. Situações vivenciadas com maior frequência relacionadas a microataque



Fonte: Resultados originais da pesquisa (2022)

Segundo dados da CNN (2021), cerca de 59,7% das vítimas de discursos de ódio são pessoas negras, e 67% são mulheres. Essa proporção também pode ser

notada nos resultados desse estudo, visto que dos 108 respondentes que afirmaram receber ou ver comentários racistas 55% são mulheres negras. A convicção de que a internet é um território sem leis e que os atos não terão consequências motivam os comportamentos de natureza racista e/ou discriminatória (Ribeiro, 2021). Assim como, outra possível causa é a dificuldade de provar que o crime foi cometido, visto que existem mecanismos, como programas que ocultam o endereço de IP do computador utilizado, auxiliam na dificuldade de identificar os perfis dos criminosos. Somado a esses pontos tem-se também o medo da exposição e os altos custos de um possível processo demonstrando como a complexidade do problema não deve ser subestimada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia é um resultado social, assim como música, filmes e obras de arte, de modo que a produção dela é feita a partir de outros conhecimentos que, em grupos homogêneos, dificuldades, preocupações e visões de mundo diferentes serão incluídas. Fazendo com que opressões como racismo permaneçam sendo disseminadas por meio dos produtos frutos dela, tais como softwares, redes sociais, aplicativos e etc.

Logo, é perceptível a necessidade de entender os processos de construção algorítmica e a dinâmica de funcionamento dos ambientes digitais, visto a relevância que esses espaços têm na rotina da sociedade. Além disso, o fato de que atualmente as redes sociais servirem não só como canais de relacionamento, mas atuarem também como fonte de pesquisa e notícias possibilitando o acesso e a produção de informação reforça ainda mais a importância do debater sobre esse tema. Este trabalho tem como objetivo identificar como as plataformas digitais, aplicativos e sites de buscas podem fomentar o racismo algorítmico através da percepção de pessoas negras. Fazendo parte do escopo coletar a percepção dos usuários frente as microagressões raciais vivenciadas no mundo digital.

O presente estudo forneceu evidências de quais microagressões raciais são percebidas com mais frequência pelos usuários no ambiente digital e as vivências com maior destaque estão relacionadas a temas como sub representatividade da população negra nos bancos de imagens e “e-commerce”, inviabilização da estética negra na construção de filtros para redes sociais, objetificação e hiper-sexualização

de corpos negros em repositório de imagens e sites de busca. Diante disso, os achados observados na coleta de dados enfatizam a importância de debater sobre os vieses por trás dos algoritmos, tendo em vista que esses podem corroborar estereótipos racistas no mundo “online” e “offline”.

Esse trabalho reforça a importância da responsabilidade ética na construção dos algoritmos, onde tal compromisso deve perpassar por temas como transparência e explicabilidade, para que os usuários possam utilizar as ferramentas produzidas por esses sistemas de forma consciente e informada, assim como permitir auditorias por parte dos órgãos.

Assim, a partir do trabalho realizado é possível concluir importantes ações a serem tomadas para lidar com o racismo algorítmico é ensinar a identificar as microagressões raciais, para além dos casos de racismo explícito, e suas manifestações digitalizadas e automatizadas, incentivar o debate sobre pluralidade racial, principalmente, para o corpo técnico envolvido na criação e desenvolvimento dos sistemas de algoritmos, e impulsionar a busca pela diversidade racial entre esses principais atores. Bem como, criar ferramentas para detectar esses algoritmos discriminatórios e, assim, fornecer material embasado para as auditorias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARRERA, F. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Literarua, p. 138-155, 2020.

CARVALHO, A.P. 2020. **Viés algorítmico e discriminação: Possíveis soluções regulatórias para o Brasil**. Monografia – Graduação em Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

CONJUR. Sobre crimes de racismo na internet. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-23/wellington-santos-crimes-racismo-internet>>. Acesso em: 03/11/2021

CHUNG, J. 2021. **Racism in, racism out: A primer on algorithmic racism**. Public Citizen. <https://www.citizen.org/article/algorithmic-racism>. Acesso em: 13/07/2022

COM PANDEMIA, demanda por videoconferências dispara. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-pandemia-demanda-por-videoconferencias-dispara-em-empresas-brasileiras/>. Acesso em: 13/02/2022

Datta, A.; Tschantz, M. C. Automated experiments on ad privacy settings. **Proceedings on Privacy Enhancing Technologies**, v. 2015, n. 1, p. 92-112, 2015.

DIVERSITY INCLUSION and Representation in Online Advertising. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/insights/the-difference-diversity-makes-in-online-advertising>. Acesso em: 13/02/2022

DISCURSO DE ÓDIO nas redes sociais repete padrão de preconceitos da sociedade. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/discursode-odio-nas-redes-sociais-repete-padrao-de-preconceitos-da-sociedade/>. Acesso em: 13/04/2022

DIXON, J. **Race and News Revisited**. In: The International Encyclopedia of Media Studies, 2012.

GILLESPIE, T. **A relevância dos algoritmos**. Parágrafo, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

JURNO, A. (In)visibilidade algorítmica no “feed de notícias” do Facebook. **Contemporânea: Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 463-484, 2017.

KEUM, B. T., & Miller, M. J. Racism in digital era: Development and initial validation of the Perceived Online Racism Scale (PORS v1.0). **Journal of Counseling Psychology**, 64(3), 310–324, 2017.

Nadal, L. **A guide to responding to microaggressions**. In Cuny Forum, 2014.

NOBLE, S. **Algorithms of Oppression: How search engines reinforce racism**. NYU Press, 2018.

PIERCE, C. Stress analogs of racism and sexism: Terrorism, torture, and disaster. In C. V. Willie, P. P. Rieker, B. M. Kramer, & B. S. Brown (Eds.), **Mental health, racism, and sexism** (pp. 277-293). Pittsburgh and London: University of Pittsburgh Press, 1995.

RIBEIRO, A.L. 2021. **Discriminação em algoritmos de inteligência artificial: uma análise acerca da LGPD como instrumento normativo mitigador de vieses discriminatórios**. Monografia – Graduação em Direito. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

SILVA, T. Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade no Aprendizado de Máquina. **Revista ABPN**, v. 12, p. 428-448, 2020

SILVA, T. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: Anais do IV Simpósio Internacional LAVITS – Assimetrias e (In)visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça. Salvador, Bahia, Brasil, 2019

SILVEIRA, S. A.; Silva, T. Controvérsias sobre Danos Algorítmicos: discursos corporativos sobre discriminação codificada. **Revista Observatório**, v. 6, p. 1-16, 2020

SUE, D. W. **Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation**, Wiley, 2010.

TORRES-HARDING, S., Andrade, A., Romero Diaz, C. E. Racial Microaggressions Scale (RMAS): A New Scale to Measure Experiences of Racial Microaggressions in People of Color. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 18, n. 2, p. 153-164, 2012.

TWITTER é um lugar tóxico para mulheres, revela levantamento. **Exame**. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/um-lugar-toxico-para-mulheres-o-twitter/>>. Acesso em: 13/07/2022



Capítulo 5
OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DOS DISCENTES SURDOS
DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO NA
AMAZÔNIA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS DISCENTES SURDOS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO NA AMAZÔNIA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

Professora. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, carlageogria24@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo apresenta pesquisa que discuti a acessibilidade da comunidade surda a informações e notícias acerca do novo coronavírus (COVID-19), permeadas pelos diversos meios de comunicação e mídias sociais. Estudo desenvolvido em uma escola pública municipal da periferia da cidade de Belém-PA. Como corpus de análise foram selecionados onze discentes surdos. Através da cartografia como recurso metodológico buscou-se investigar a acessibilidade nas informações divulgadas pelos telejornais da TV aberta e das mídias sociais. Como conclusão, destaca-se a falta de acessibilidade dos diversos meios de comunicação para esta comunidade, todavia, alcançou-se respostas positivas dos discentes à experiência em relação a forma alternativa de trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Educação; Surdez; Cidadania; Comunicação; Escola

ABSTRACT

This article presents research that discussed the accessibility of the deaf community to information and news about the new coronavirus (COVID-19), permeated by various means of communication and social media. Study developed in a municipal public school on the outskirts of the city of Belém-PA. As a corpus of analysis, eleven deaf students were selected. Through cartography as a methodological resource, we sought to investigate the accessibility of information disseminated by open TV news and social media. In conclusion, the lack of accessibility of the various means of communication for this community is highlighted, however, positive responses were obtained from the students regarding the experience in relation to the alternative form of pedagogical work.

Keywords: Education; Deafness; Citizenship; Communication; School

Introdução

A presente pesquisa procura produzir um debate em torno do direito à presença da comunidade surda paraense, no que concerne à importância dos direitos ao conhecimento cognitivo, informação e a comunicação, assimilando os surdos como comunidade excluída (BUTLER; ATHANASIOU; 2013; HAESBAERT, 2004; VENN, 2000, DELEUZE e GUATTARI, 1996), com base em uma noção antropológica (SKILIAR, 1997, 1998), isto é, que entende os indivíduos surdos a partir de uma língua viso-gestual que os compõe vigorosamente e os torna tão capazes quanto os indivíduos ouvintes.

Assim sendo, trazemos ao debate os direitos dos surdos, perante a determinação da cultura da legalidade, em outros termos, dos contextos culturais e sociais em que o Estado de direito é reconhecido e proclamado (UNESCO/ UNODOC, 2019), mediante a responsabilidade das mídias e do poder do Estado, no que se refere igualmente às minorias linguísticas e políticas.

No que diz respeito à cultura da legalidade, evidencia a demanda em relação às circunstâncias favoráveis, a execução da lei pelo corpo social que crê e admite que receberá das instituições públicas soluções pertinentes e igualitária na presença das necessidades particularidades e coletivas. Indubitavelmente, assimilar, executar e ser um cidadão com acesso irrestrito a lei, da mesma forma é essencial o alcance aos espólios simbólicos e culturais para a formação do Estado democrático de direito (a minoria surda, possui direitos que necessitam ser transformados em coletivos, partilhados e assegurados, em adição os assuntos linguísticos, decerto, tal qual as interseccionais tais como: gênero/sexualidade, raça/etnia, classe; isto é, subordinadas ao colonialismo, capitalismo e patriarcado, os quais salientamos por dialogar fundamentados na importância dos direitos humanos, em consonância com SANTOS e MARTINS, 2019).

Nesta perspectiva, o Estado de direito é:

Um princípio de governança no qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, são responsáveis perante leis que são promulgadas publicamente, aplicadas de forma igualitária, julgadas de forma independente e que são consistentes com as normas e os padrões internacionais de direitos humanos (UNESCO/UNODOC, 2019, s/n).

Nessa perspectiva, o documento denominado “Fortalecimento do Estado de direito por meio da educação: um guia para formuladores de políticas” (UNESCO/UNODOC, 2019), percebe-se processos significativos de aprendizagens alicerçadas nas mídias fora do espaço escolar. O documento da Unicef (2017), destaca a responsabilidade da mídia, como rádios e TVs, na consolidação dos direitos de comunicação e informação para a transformação social da comunicação e para a preservação e concretização dos direitos humanos, com destaque as comunidades segregadas, suscetíveis socialmente. Desta forma, ressalta a importância da integração entre o progresso, acolhimento e contextos humanitários.

Perante esse entendimento e nessa direção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos enfatiza o Artigo 19 (ONU, 1948), bem como da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), com destaque para o ART. 5 (entre outras diretrizes internacionais e nacionais, como também a Convenção acerca dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei 10.098 de 2000, o Decreto 5296 de 2004), citamos a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que implementa a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência- Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando recorre no Capítulo II (do alcance à informação e comunicação):

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
I - subtitulação por meio de legenda oculta
II - janela com interprete da Libras;
III – audiodescrição. (BRASIL, 2015)

No Art. 68, apresenta em(Parágrafo único):

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

O Art. 68 é claro em relação ao compromisso do poder público sobre o direito da comunidade surda no que tange ao acesso à leitura, informação e a comunicação. No entanto, passou-se cinco anos a contar da proclamação da referenciada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, até o presente momento vivenciam-se diversos obstáculos para a concretização do direito ao conhecimento, a comunicação e, conseqüentemente, à atuação política da comunidade surda

brasileira. Por sua vez, colocando em risco a incorporação dos direitos humanos para todos em um corpo social plural e democrático.

Esporadicamente, experienciamos comportamentos que orientam uma soberania popular de “baixa intensidade”, como intitula Santos (2003). Neste sentido, chama-se atenção para necessária diferenciação entre os “direitos retóricos” e os “direitos vividos”, como citam Harcourt e Hagglundb (2013).

Desse modo, Santos e Santos (2016) chama atenção para que sejam utilizados instrumentos tecnológicos de acessibilidade, sobretudo com a TV digital, que:

[...] o alcance do público surdo ainda é ineficiente, pois os recursos previstos por lei são pouco ofertados. Devido a isso, parte desse público não tem acesso ao conteúdo audiovisual completo, ficando impossibilitado de receber de forma total as informações que estão sendo transmitidas pelo veículo” (SANTOS; SANTOS, 2016, P. 4-5).

Nesta perspectiva, as autoras assinalam a relevância dos telejornais que desenvolvem papel de grande importância e atuam como propagadores de informação, realizando um trabalho político e social, enunciando que esse exemplo de performance jornalística exerce uma grande influência na população, visto que é por intermédio dos telejornais que a população recebe as informações. As autoras enfatizam que em relação aos telejornais a linguagem (audiovisual) auxilia a compreensão do espectador surdo. Todavia, revelam que, a despeito dos reconhecidos progressos, infelizmente há um número insuficiente de programas que empregam o auxílio da Libras para estabelecer a comunicação com os surdos, e igualmente, ínfimos são aqueles que apresentam a surdez, ou temas convergentes como temário (SANTOS; SANTOS, 2016).

Vale frisar, que em razão das leis de acessibilidade, diversas programações empregam como ferramenta o closed caption², porém em geral a comunidade surda do Brasil, não consegue alcançar todos as vantagens dessa possibilidade (SANTOS; SANTOS, 2016), sem mencionar a redução do nível de qualidade do closed caption no país.

Em contrapartida, percebe-se que a compreensão dos surdos é totalmente diferenciada, quando o assunto é mostrado a partir da tradução simultânea em janela Libras³:

² Sistema de legendas utilizado em programas de meios televisivos.

³ A janela de libras é definida pela NBR 15.290 como um “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas para LIBRAS”.

Com a presença da tradução de Libras, as notícias foram percebidas melhor pelos sujeitos, revelando opiniões concatenadas com o assunto da notícia. Já as notícias que não tiveram acompanhamento pela LS (Língua de Sinais), tiveram sua apreensão afetada pela concepção pessoal de que cada sujeito possuía sobre a ideia do fato que estava sendo exibido visualmente. Por exemplo, uma notícia sobre a explosão próxima a um gasoduto da Petrobrás na Bolívia foi associada a uma guerra que estaria acontecendo naquele país. (SANTOS; SANTOS, 2016, p. 9).

Ademais, a acessibilidade e tradução para Libras, em sua maioria, evidencia-se na internet (concentrando-se nas redes sociais). Neste cenário, presencia-se o enfraquecimento das conexões entre as informações e o público, mesmo que as informações falsas não sejam uma prerrogativa contemporânea. A sociedade está perdendo o hábito de buscar informação nos meios tradicionais de comunicação, tais como: jornais televisivos e impressos. Nesse contexto de extremo perigo, abre-se caminho as reconhecidas fake-news, fortalecendo e estruturando com imensa destreza grupos de ódio. Deste modo, compreender “os acontecimentos hodiernos” com base em uma visão crítica, se transforma em um trabalho difícil e ao mesmo tempo relevante para todo cidadão(ã).

Consequentemente, Meireles e Moraes (2020) advertem para o perigo das informações imprecisas, inverídicas, descomedidas ou inaceitáveis:

Isso traz à tona a importância da imprensa, que tem a formação jornalística necessária para o combate a notícias falsas, pois envolve apuração dos fatos, a checagem de informações e as entrevistas com diversas partes envolvidas numa situação (pluralidade de fontes) (MERELLES e MORAES, 2020, s/n).

De forma lastimável, constata-se que nos últimos anos, sobretudo no Brasil, o fenômeno da “partidarização da mídia” ou “ideologização da imprensa”, causou impactos de grandes proporções no capital social e na confiabilidade nas informações divulgadas pelas imprensa (NASSIF, 2018).

Desse modo, num cenário político nacional extremamente inconstante, perante o aumento de fake-news e da recusa do governo federal em engajar-se no enfrentamento a pandemia. A principal problemática nessa pesquisa é: compreender como os discentes surdos estariam entendendo a situação social e política hodierna no Brasil em relação ao contexto pandêmico vigente em nossa sociedade nos anos 2020-2021?

O objetivo principal nessa pesquisa é: compreender como os discentes surdos da comunidade Parque-União experimentaram o alcance aos direitos humanos fundamentais, através dos esclarecimentos apresentados abundantemente pela imprensa no país, sobretudo as informações divulgadas jornais televisivos.

Os objetivos específicos nessa pesquisa são:

- compreender de que modo esses telejornais se estruturaram para proporcionar informações compreensíveis a esses sujeitos os quais possuem uma linguagem diferenciada dos ouvintes.
- Identificar se as informações divulgadas pelos respectivos telejornais são verdadeiramente acessíveis a comunidade surda

Nosso corpus de análise foi selecionado a partir da observação do processo cognitivo em relação ao novo coronavírus (COVID-19), de onze discentes surdos (seis mulheres e cinco homens), entre 9 a 16 anos, matriculados numa escola do ensino fundamental de Belém, intermediado pela imprensa tradicional e pelas redes sociais nos anos de 2020-2021.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública na comunidade Parque-União, no município de Belém-Pará metrópole da Amazônia, projetada com base na cartografia como instrumento de análise, organizada na compreensão de Deleuze e Guattari (1996), tendo como referência os telejornais que se comprometeram a discutir assuntos políticos relacionados ao novo coronavírus (COVID-19), com acessibilidade para a comunidade surda.

A cartografia assumi um papel nessa pesquisa como um movimento de formação, de criação, de diversidade em concepções, na orientação de pensamentos para a promoção de desterritorialização, auxílio de direções para fortalecer as pesquisas em educação (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012). Desse modo, Simonini (2019) assinala que a pesquisa cartográfica está “comprometida com o acompanhar mundos que, mesmo através de linhas provisórias, traçam e/ou estabilizam efeitos de mundo-verdade” (SIMONINI, 2019, p. 83).

Apesar da LBI (2015), a pesquisa atestou, que “apenas três programas no país apresentaram temas relacionados ao novo coronavírus (COVID-19), com interpretação para Libras: O Jornal da Cultura, na TV Cultura; O programa Repórter

Visual, na TV Brasil; O jornal Primeira Mão, na TV INES”, todavia apenas o Jornal da TV Cultura encontra-se acessível na TV aberta, ao passo que os demais encontram-se em plataforma online. Este panorama assinala, por conseguinte, a carência na comunicação de explicações oficiais relacionadas ao contexto pandêmico para discentes surdos, e como consequência, a omissão relativa ao um direito humano essencial que é o da comunicação e das práticas políticas desses cidadãos (reputando uma cidadania específica bem como global).

Na presença das normatizações de acessibilidade para a divulgação das orientações e esclarecimentos acerca do novo coronavírus (COVID-19), previamente observado, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) realizou, em 2016, uma análise em que a TV Globo como emissora encontra-se à frente em audiência, em um conjunto de vinte e sete emissoras mais vistas. Porém, a janela de Libras é inexistente em toda sua programação. A TV Globo dispunha apenas como auxílio o closep caption.

A TV Cultura encontra-se em décimo lugar na respectiva análise, entre as emissoras mais vistas, e mantém-se atendendo as normas nos respectivos programas: Jornal da Cultura e Roda Viva (com tradução e interpretação para Libras), ao mesmo tempo o programa Persona em Foco e Metrópolis, possui o auxílio do closep caption.

Imprescindível destacar que os sites como TV INES⁴ e EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) não foram achados conteúdos jornalísticos acerca do novo coronavírus (COVID-19) no país. Em conformidade com Ribeiro e Lins (2019), empregando palavras chaves como pandemia e vírus, nos dois sites, não se achou conteúdos tenazes a respeito da (COVID-19).

Nesta superfície cartografada, constata-se a inexistência da acessibilidade através da Libras que se apresenta concentrada no domínio das conexões de poder no dia a dia, em que se verifica o menosprezo das línguas minoritárias ou minoritarizadas, a favor de uma língua única (LINS e CABELLO, 2019). Perante a abstinência de esclarecimentos ao sujeito surdo, estamos impedindo sua atuação eficiente no seu universo político, social e afastando do campo da política (ARENDR, 1987).

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC5_pj3siD4_H9dSBcwI96vQ. Acesso em :27 junho 2020

É ampla a elaboração de matérias nessa área de conhecimento que comprovam o poderio de determinados grupos através da língua. Em relação aos sujeitos surdos, continuamente abatida por comportamentos ouvintistas (modelos ouvintes de vivência que perfazem o autodenominado capacitismo), a exigência do conhecimento da língua portuguesa na especificidade escrita expõe uma dessas prescrições culturais, políticas e linguísticas (MARTINS; KLEIN, 2012).

Deste modo, em réplica à inexistência de direitos básicos, a militância surda se expande nas redes sociais, como intercalação à abstinência das mídias online ou meios televisivos análogos, visto que, como esclarecem (MARTINS e KLEIN, 2012, p. 1), no dia a dia os discentes surdos ainda lutam contra “[...] a falta de acessibilidade, do conviver com colegas que não sabem Libras, a falta de intérpretes em diferentes situações do cotidiano, as barreiras na comunicação com as famílias ouvintes, entre outras temáticas” que associada a ausência de comunicação pelas mídias, caracteriza-se por gigantescas omissões em relação a concretização da veiculação da Libras e, obviamente, da atuação cidadã desses sujeitos.

A comunicação em Libras realizados por discentes surdos e sua divulgação na escola: experiências de cidadania comunicativa

Salienta-se que ao presenciarmos as composições em Libras desenvolvidas pelos discentes surdos, a respeito do hodierno contexto pandêmico brasileiro no Estado do Pará, reveladas através dos seus textos, constata-se que todos os discentes surdos são capazes de reconhecer e descrever os obstáculos na comunicação e a inexistência de alcance às notícias que são difundidas pela maioria dos canais de TV aberta.

Alicerçada nesse mapeamento e com a utilização de práticas realizáveis das ferramentas digitais, sobretudo dos aparelhos celulares, discentes surdos engajados, usaram suas redes sociais para possibilitar o acesso às considerações profundamente relevantes em relação a situação social e política em decorrência do hodierno contexto pandêmico. Neste ponto, enfatiza-se o enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), exibindo subsequentemente dois fragmentos de textos, realizado por dois discentes surdos (gênero feminino e o segundo gênero masculino discentes com surdez neurosensorial), concernente a importância da higienização e resguardo à (COVID-19), seguidamente relaciona-se com ao pronunciamento do Senhor

Governador Helder Barbalho, a respeito da imposição dos cidadãos preservar o isolamento social durante a pandemia de (COVID-19). A tradução foi realizada pela respectiva docente⁵ com o propósito de acessibilizar os conhecimentos que, até aquele momento, estavam sendo difundidos somente em língua portuguesa (oral e escrita).

- “meu casa todo lavar mão toma banho mamãe fala não querer morrer preciso matar o virus. Mamãe falaque não quer eu pegue mão niguem meu papai não tem trabalho esta casa não deixar niguem entra medo virus entra casa” – tradução (na minha casa todos lavam a mão e tomamos banho toda vez que chegamos da rua, mamãe fala que precisamos seguir as orientações caso contrário todos morreremos. Precisamos acabar com esse vírus. Mamãe, também falou para não pegarmos na mão de ninguém. Meu pai perdeu o emprego por causa da pandemia, ele não deixa ninguém da rua entrar em casa)
- “governo falar não pode ficar junto o virus passa não pode ficar festa o virus mata, precisar tem ficar casa ir rua não pode apenas comprar remedio comida. Escola não pode ir fezada não pode ficar passear todos casa para viver”- tradução (O Senhor governador falou para não ficarmos perto um do outro, senão o vírus vai contaminar mais pessoas, não podemos ir a festa, pois esse vírus mata, precisamos ficar em casa, ir a rua apenas para comprar remédio e comida. A escola está fechada, não podemos ficar passeando, precisamos ficar em casa neste momento para continuarmos vivos)

Com base nos respectivos fragmentos acima transcritos, procura-se enfatizar a importância dos meios de comunicação e das mídias sociais como instrumento de compreensão e autonomia (ainda que condicional) para os discentes surdos, a fim de garantir seus direitos e participação social e política. Ressalta-se que esse movimento de forma alguma substitui a importância da instituição escolar e do professor no desenvolvimento cognitivo de qualquer discente (surdo ou ouvinte), todavia, evidencia que os meios de comunicação, sobretudo, os telejornais e as mídias sociais com acessibilidade da janela de libras, são com toda certeza um caminho a mais para fortalecer e expandir as informações e a comunicação com discentes surdos. Portanto, necessitam ser reconhecidos e incluídos em todas as programações de

⁵ Pela estrutura da Língua Brasileira de Sinais, os respectivos textos escritos pelos sujeitos surdos foram transcritos para Língua Portuguesa, pela autora, que possui domínio da Libras.

todas as emissoras de televisão, assim como nos diversos aplicativos que formam as mídias sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

À guisa de conclusão, nesta pesquisa há muito o que explorar, interessante rever o problema que norteou essa experiência: compreender como os discentes surdos estariam entendendo a situação social e política hodierna no Brasil em relação ao contexto pandêmico vigente em nossa sociedade nos anos 2020-2021? Igualmente, convém reexaminar os objetivos traçados no início desta experiência.

Alicerçados nestas perguntas que dirigiram a experiência afirma-se que o direito à comunicação e a presença da comunidade surda nas diversas instituições regulares de ensino, necessita ser permeada pela compreensão dos direitos humanos e pelos conhecimentos essenciais para a ação da cidadania, sobretudo, pela compreensão e respeito à cultura da legalidade.

Desta maneira, pode-se afirmar que as estratégias perfilhadas para essa pesquisa com discentes surdos, foram positivas, em que por intermédio dos telejornais da TV aberta no país, alcançou-se a compreensão das informações divulgadas e avançou-se mais do que esperado, com produções textuais relevantes, possibilitando a compreensão do universo destes e das suas dificuldades. Contudo, depreende-se que TV aberta no país assim como os telejornais e as mídias sociais, necessitam estruturar-se e disponibilizar a janela de Libras a fim de tornar verdadeiramente acessível e compreensível as informações aos surdos.

Finalizando, a comunidade surda tem se dedicado a reivindicar que as emissoras brasileiras de TV aberta obedeçam as leis como, exemplificando, na campanha #librasNa TV⁶, campanha elaborada por diversas lideranças surdas e reconhecida pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), Além disso, no que diz respeito à urgência de vasta admissão da comunidade surda em relação a pandemia de COVID-19, desenvolvemos textos que indicam a necessidade de serem pensadas respostas ligeiras e eficazes, com o propósito de que as notícias das programações televisivas, tal como, as que discutem as informações contemporâneas

⁶ O vídeo em Libras está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0UUGczAKjw>. Acesso em 20 nov. 2020.

e importantes para a atualidade, sejam compreensíveis igualmente à comunidade surda brasileira. Lembrando que os meios de comunicação assim como as mídias digitais possibilitam a formação e veiculação de conhecimentos, e a comunidade surda não se conforma com questões mal explicada. O direito ao alcance as notícias, informação e comunicação, representam uma responsabilidade e compromisso do Estado e das mídias públicas e possui a finalidade de salvaguardar os direitos políticos, sociais de todos.

Referências

ARENDT, H. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**. 2015. Texto completo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. **Dispossession: the performative in the political**. Grã Bretanha: Polity Press, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: do capitalismo à esquizofrenia** (vol.1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G. **O que é filosofia?** .Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

HARCOURT, D. ; HAGGLUNDB, S. Turning the UNCRC upside down: a bottom-up perspective on children's rights. **International Journal of Early Years Education**, 2013. Vol. 21, No. 4, 286–299, <http://dx.doi.org/10.1080/09669760.2013.867167>.

LINS, H.A.M.; CABELLO, J. **Reflexões sobre a relação de crianças surdas com um recurso digital para a apropriação de língua portuguesa escrita em ambiente escolar**. Revista Espaço Pedagógico, v. 26, n. 2, Passo Fundo, p.577-595, maio/ago, 2019.

MARTINS, F.C.; KLEIN, M. **Estudos da contemporaneidade: sobre ouvintismo/audismo**. IX ANPED SUL – Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul, p. 1-15, 2012.

MERELES, C.; MORAES, I. **Notícias falsas e pós-verdade: o mundo das fake news e da (des) informação.** Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/noticias-falsas-pos-verdade/> Acesso em: 16 abr. 2020.

NASSIF, M.I. **Carta ao futuro em tempos de horror.** In: ALVES, G.; NASSIF, M. I.; ROSÁRIO, M. do; RAMOS FILHO, W. (coord.); GONÇALVES, M. (org). Enciclopédia do golpe: o papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018, 251 p. (Projeto Editorial Praxis). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026042851/Enciclopedia_vol_2.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. A. A. **Mapas, dança, desenhos: a cartografia a como método de pesquisa em educação.** Pro-Posições, v. 23, n. 3 (69), p. 159-178, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/10.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ONU – **Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH). 1948. Disponível em: <https://www.ohch.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Prefácio. Boaventura de Sousa Santos (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Vol.1)

SANTOS, B.S.; MARTINS, B.S. (orgs). **O pluriverso dos Direitos Humanos: a dignidade das lutas pela dignidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Epistemologias do Sul; 2).

SANTOS, R. C.M.; SANTOS, F.C. **Televisão e acessibilidade: o uso de recursos de inclusão para o surdo no telejornal brasileiro.** Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação (USP). Ano 10 – Volume 2 – Julho-Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/118033>. Acesso em: 20 dez 2020.

SIMONINI, E. **Linhas, tramas, cartografias e dobras - uma outra geografia nos cotidianos das pesquisas.** In: GUEDES, A. O.; RIBEIRO, T. (orgs.). Pesquisa, alteridade e experiência- experiências minúsculas. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

SKLIAR, C. (org.). **Educação e exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. **A surdez: Um olhar sobre a diferença.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

UNESCO/UNODOC. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Fortalecimento do Estado de direito por meio da educação.** Um guia para formuladores de políticas, 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single->

[view/news/strengthening_the_rule_of_law_through_education_a_guide_for/](#). Acesso em: 22 set. 2020.

VENN, C. **Occidentalism - modernity and subjectivity**. Londres: Sage, 2000.



AUTORES

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

Autora do livro *Desafios e Descobertas do Universo Surdo: Quem disse que eu não aprendo?* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA); Mestre em Comunicação e Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA), membro do Grupo Hermenêutica Comunicativa: Estudos da Mídia na Amazônia(UFPA), membro do grupo de estudos Mídia e Violência (UFPA) membro do Grupo de Estudos Narramazônia, especializada em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela Universidade do Estado do Pará (UEPa) concluída no ano de 1999, segunda especialização em Administração Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) concluída no ano de 1998, Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) concluída no ano de 2015, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade da Amazônia (UNAMA), concluída no ano de 1996.

Daiana de Medeiros Brandão

Jornalista e mestre em estudos da mídia da UFRN.

Daniel Dantas Lemos

Professor doutor do curso de Jornalismo da UFRN.

Danielly Amatte Lopes

Professora da Universidade Federal de Alagoas, vinculada ao curso de Design. Obteve seu doutorado no departamento de comunicação na Universidade de Brasília (UnB) quando desenvolveu pesquisa sobre videogame, metaversos, a figura do avatar e a noção do corpo nos dias atuais. Graduada em Design gráfico e Mestre em Arte e Cultura Visual, ambos os cursos feitos em Faculdade de Artes Visuais da UFG. Tem experiência nas áreas de comunicação e Design gráfico, trabalhando principalmente com cibercultura, cultura pop, imaginário e cultura visual. Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas com a metodologia para criações de design e comunicação e é pesquisadora junto ao LED (Laboratório de Experimentação em Design).

Gabriela Troyano Bortoloto

Doutoranda em Administração, FEA – USP.

Glauco Antonio Rosa de Oliveira

Estudante. Graduando em Ciência Política. Universidade Internacional Uninter.

Jessica Matos do Espirito Santo

Especialista em Digital Business, ESALQ – USP.

Jullena Santos de Alencar Normando

Publicitária, doutoranda em Comunicação e Cultura no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG) realizando uma pesquisa sobre Educação na plataforma Youtube. Bolsista CAPES. Produtora de conteúdo e apresentadora do canal do Youtube Jullena Normando, que aborda conteúdos teóricos sobre a área da Publicidade e da Comunicação. Ph.D. visiting student na Universidade da Califórnia, em San Diego na área de Comunicação, Mídia e Educação.

Sílvio César Guedes Júnior

Jornalista e mestrando da UFRN.

Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros

Estudante e bolsista de pesquisa de curso de Jornalismo da UFRN.

 EDITORA
ÓPERA

ISBN 978-658528408-0



9 786585 284080

